



MINISTÉRIO DA
DEFESA

**Demonstrações Contábeis Consolidadas e Notas Explicativas
4º Trimestre de 2021**

MINISTRO DE ESTADO DE DEFESA

Walter Souza Braga Netto

SECRETÁRIO-GERAL

Sérgio José Pereira

SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Antonio Paulo Vogel de Medeiros

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Augusto César de Carvalho Fonsêca

EQUIPE TÉCNICA

Divisão de Contabilidade

Antônio Luiz Almeida – Gerente

Carlos Antônio Araújo Cavalcanti – Coordenador

Ilka Aparecida Pettinati Sylvestre de Castro

Gilmar Souza Santos

Juliana de Sousa Almeida Diniz

Informações

Telefone: (61) 3312-8611

Correio eletrônico: dicont@defesa.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Última alteração: 31/1/2022.

Sumário

Abreviações e Siglas.....	5
Lista de Tabelas e Gráficos	7
Apresentação.....	9
Demonstrações Contábeis Consolidadas	10
Balanço Patrimonial	10
Demonstração das Variações Patrimoniais.....	12
Balanço Orçamentário	14
Balanço Financeiro	16
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	18
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	20
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas	22
1 - Base de Elaboração das Demonstrações e das Práticas Contábeis.....	22
2 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	22
3 – Caixa e Equivalente de Caixa	25
4 - Créditos e Valores a Curto Prazo	26
5 – Estoques.....	28
6 – Ativo Realizável a Longo Prazo	29
7 – Investimentos.....	31
8 - Imobilizado.....	31
a-) Bens Móveis.....	31
b-) Bens Imóveis.....	32
9 – Intangível.....	34
10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo	35
11 – Empréstimos e Financiamentos – Curto e Longo Prazo.....	36
12 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Longo Prazo	36
13 - Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo	37
a-)Provisões a Curto Prazo	38
b-)Provisões de Longo Prazo.....	38
c) Provisões de Pensões Militares Concedidas – LP	38
d) Segregação das Provisões em Curto Prazo e Longo Prazo	41
14 – Demais Obrigações a Curto Prazo	42
15 - Obrigações Contratuais a Executar	43
16 – Receita Orçamentária	45

17 – Receita de Contribuições	45
18 - Receitas de Serviços.....	46
19 – Receita Patrimonial.....	46
20 – Receita de Operações de Crédito.....	47
21 – Receita de Alienação de Bens	47
22 – Despesa Orçamentária	48
23 – Despesas com Pessoal e Encargos.....	49
24 – Outras Despesas Correntes	50
25 – Despesa de Investimento	51
26 - Restos a Pagar Não Processados	52
27 – Impactos da Pandemia da COVID-19 nas Demonstrações Contábeis	53
28 – Despesas com Militares Inativos	54
29 – Conformidade Contábil	60
30 – Declaração do Contador	61

Abreviações e Siglas

AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
AH	Análise Horizontal
AMAZUL	Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A
AV	Análise Vertical
BGU	Balço Geral da União
BIEG	Banco de Informações Estratégicas e Gerenciais do Ministério da Defesa
CASNAV	Centro de Análises de Sistemas Navais
CBC	Companhia Brasileira de Cartuchos
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CCONT	Coordenação-Geral de Contabilidade da União
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CNO	Construtora Norberto Odebrecht S.A.
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CP	Curto Prazo
CTU	Conta Única
DARF	Documento de Arrecadação de Receitas Federais
DCN	Direction des Constructions Navales
DCON	Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ministério da Defesa
DEADI	Departamento de Administração Interna
DEORF	Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças
DPCN	Departamento do Programa Calha Norte
EMGEPRON	Empresa Gerencial de Projetos Navais
END	Estratégia Nacional de Defesa
ESG	Escola Superior de Guerra
FHE	Fundação Habitacional do Exército
FMD	Fundo do Ministério da Defesa
FSM	Fundo do Serviço Militar
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
HFA	Hospital das Forças Armadas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMBEL	Indústria de Material Bélico do Brasil
IPC	Instruções de Procedimentos Contábeis
IPSAS	International Public Sector Accounting Standards
LOA	Lei Orçamentária Anual
LP	Longo Prazo
MB	Marinha do Brasil
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MD	Ministério da Defesa
ME	Ministério da Economia
NBC T	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público
NE	Nota Explicativa

OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PIPCP	Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PJ	Pessoa Jurídica
PROSUB	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
RBJID	Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPSP	Regime Próprio de Previdência Social
R\$	Real
SG	Secretaria-Geral do Ministério da Defesa
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPA	Sistema Integrado de Administração Patrimonial
SISCOMEX	Sistema Integrado de Comércio Exterior
SISPLAD 2	Sistema de Acompanhamento do Plano Diretor
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPU	Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União do Ministério da Economia
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Descentralizada
UG'S	Unidades Gestoras
VPA	Variação Patrimonial Aumentativa
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva

Lista de Tabelas e Gráficos

Tabela 1 -	Caixa e Equivalente de Caixa - Por Órgão	25
Tabela 2 -	Caixa e Equivalente de Caixa – Composição	26
Tabela 3 -	Créditos e Valores a Curto Prazo por Órgão	27
Tabela 4 -	Créditos e Valores a Curto Prazo - Composição	27
Tabela 5 -	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo por Órgão	27
Tabela 6 -	Demais Créditos e Valores CP – Composição	27
Tabela 7 -	Demais Créditos e Valores CP – Outros Créditos a Receber e Valores a CP - Órgão	28
Tabela 8 -	Demais Créditos e Valores CP – Outros Créditos a Receber e Valores a CP - Composição	28
Tabela 9 -	Estoques por Órgão	28
Tabela 10 -	Estoques – Composição	29
Tabela 11 -	Ativo Realizável a Longo Prazo por Órgão	29
Tabela 12 -	Créditos a Longo Prazo - Composição	29
Tabela 13 -	Empréstimos e Financiamentos Concedidos por Órgão	29
Tabela 14 -	Demais Créditos a Longo Prazo – Composição	30
Tabela 15 -	Créditos por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU	30
Tabela 16 -	Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	30
Tabela 17 -	Investimentos – Composição	31
Tabela 18 -	Ativo Imobilizado - Bens Móveis por Órgão	31
Tabela 19 -	Ativo Imobilizado - Bens Móveis: Composição	32
Tabela 20 -	Ativo Imobilizado Bens Imóveis por Órgão	32
Tabela 21 -	Ativo Imobilizado - Bens Imóveis: Composição	33
Tabela 22 -	Bens Imóveis de Uso Especial – Composição	33
Tabela 23 -	Intangível por Órgão	34
Tabela 24 -	Intangível – Composição	35
Tabela 25 -	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar por Órgão	35
Tabela 26 -	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar CP	35
Tabela 27 -	Empréstimos e Financiamentos Curto e Longo Prazo	36
Tabela 28 -	Fornecedores e Contas a Pagar por Órgão	37
Tabela 29 -	Fornecedores e Contas a Pagar – Composição	37
Tabela 30 -	Fornecedores e Contas a Pagar - Fornecedor e Contratante	37
Tabela 31 -	Provisões	38
Tabela 32 -	Provisões de Curto Prazo - Por Órgão	38
Tabela 32 -	Provisões de Longo Prazo - Por Órgão	38
Tabela 34 -	Provisões de Longo Prazo – Composição	38
Tabela 35 -	Demais Obrigações a Curto Prazo - por Órgão	43
Tabela 36 -	Demais Obrigações a Curto Prazo - por Grupos	43
Tabela 37 -	Outras Obrigações a Curto Prazo - por Grupos	43
Tabela 38 -	Transferências Financeiras a Comprovar - por Órgão	43
Tabela 39 -	Obrigações Contratuais - Por Órgão	44
Tabela 40 -	Obrigações Contratuais – Composição	44
Tabela 41 -	Obrigações Contratuais - Por Contratado	44
Tabela 42 -	Execução da Receita Orçamentária	45

Tabela 43 - Receita de Contribuições	45
Tabela 44 - Execução da Receita de Serviços por Órgão	46
Tabela 45 - Receitas Patrimoniais	46
Tabela 46 - Receita de Operações de Crédito por Órgão	47
Tabela 47 - Receita de Alienação de Bens	47
Tabela 48 - Despesa Orçamentária por Órgão	48
Tabela 49 - Despesa Orçamentária por Categoria Econômica e Grupo da Despesa	49
Tabela 50 - Pessoal e Encargos	50
Tabela 51 - Despesas Empenhadas - Outras Despesas Correntes	51
Tabela 52 - Despesa Orçamentária – Investimento	51
Tabela 53 - Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados	52
Tabela 54 - Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados	53
Tabela 55 - Valores Pagos por Ações Orçamentárias – COVID-19	53
Gráfico 1 - Aplicações Financeiras – Conta Única	27
Gráfico 2 - Aquartelamentos	35
Gráfico 3 - Empréstimos e Financiamentos	37
Gráfico 4 - Receitas de Serviços	47
Gráfico 5 - Receita Patrimonial – Composição	48
Gráfico 6 - Receita de Alienação de Bens	49
Gráfico 7 - Despesa Orçamentária	49
Gráfico 8 - Despesas com Pessoal e Encargos	50
Gráfico 9 - Outras Despesas Correntes por Órgão	51
Gráfico 10 - Despesa Orçamentária - Investimento	52
Gráfico 11 - Execução dos Restos a Pagar Não Processados	53
Gráfico 12 - Valores Pagos por Natureza de Despesa – COVID-19	54

Apresentação

O Ministério da Defesa - MD é o Órgão do Governo Federal incumbido de exercer a direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica.

Criado em 1999, para reforçar a articulação das Forças Armadas e dar mais fluidez à sua relação com outras áreas do Estado, o Ministério tem como uma de suas principais atribuições o estabelecimento de políticas ligadas à defesa e à segurança do País, além da implementação da Estratégia Nacional de Defesa - END. Também fazem parte de seu escopo de atuação temas, como o Serviço Militar, o orçamento de defesa, as operações militares e a cooperação internacional em defesa.

A Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, estabelece a área de competência do MD (artigo 27) e define sua estrutura básica (artigo 28), podendo ser consultada por intermédio do seguinte *link* "http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm".

O Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, aprovou a Estrutura Regimental do MD (http://planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2018/Decreto/D9570.htm).

A Portaria Normativa nº 12, de 14 de fevereiro de 2019, aprovou os Regimentos Internos das Unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa (https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_html/?NUM=12&ANO=2019&SER=A).

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ministério da Defesa – DCON são constituídas pelo Balanço Patrimonial, pelo Balanço Orçamentário, pelo Balanço Financeiro, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, pela Demonstração dos Fluxos de Caixa e pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi, e Notas Explicativas.

As DCON são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001; e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Observam, também, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e o Manual Siafi, da Secretaria do Tesouro Nacional, e foram emitidas em nível de consolidação de "Órgão Superior" e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos Órgãos constantes da tabela abaixo:

Órgãos que compõem o Órgão Superior Ministério da Defesa

52000	Ministério da Defesa
52131	Comando da Marinha
31280	Caixa de Construções de Casas para Pessoal da Marinha do Brasil
52132	Fundo Naval
52133	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo
52233	Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
52121	Comando do Exército
52221	Indústria de Material Bélico do Brasil
52222	Fundação Osório
52904	Fundo do Exército
52111	Comando da Aeronáutica
52211	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
52911	Fundo Aeronáutico

Demonstrações Contábeis Consolidadas
Balanco Patrimonial

		R\$ milhares	
ATIVO	NE	Dez/2021	Dez/2020
ATIVO CIRCULANTE		37.059.986	37.516.806
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>3</u>	22.675.778	23.997.506
Créditos a Curto Prazo	<u>4</u>	1.525.287	1.844.426
Clientes		98.033	74.238
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		158.132	172.133
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	<u>4</u>	1.375.174	1.710.711
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo		-106.053	-112.656
Estoques	<u>5</u>	12.858.907	11.674.708
VPDs Pagas Antecipadamente		14	168
ATIVO NÃO CIRCULANTE		327.419.742	325.713.563
Ativo Realizável a Longo Prazo	<u>6</u>	945.714	951.299
Créditos a Longo Prazo	<u>6</u>	945.714	951.299
Clientes		560	695
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	<u>6</u>	764.648	741.338
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	<u>6</u>	328.133	308.716
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		-147.627	-99.450
Investimentos	<u>7</u>	2.303	2.303
Participações Permanentes		2.003	2.003
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		2.003	2.003
Propriedades para Investimento		300	300
Propriedades para Investimento		300	300
Imobilizado	<u>8</u>	319.615.815	320.343.952
Bens Móveis		77.944.785	77.707.206
Bens Móveis		85.580.368	84.701.678
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumuladas de Bens Móveis		-7.519.656	-6.878.969
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-115.927	-115.503
Bens Imóveis		241.671.030	242.636.746
Bens Imóveis		243.931.316	244.829.439
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumuladas de Bens Imóveis		-2.260.286	-2.192.692
Intangível	<u>9</u>	6.855.911	4.416.010
Softwares		481.045	365.475
Softwares		532.160	405.181
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-51.115	-39.706
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		6.374.426	4.048.785
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		6.504.191	4.138.949
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-129.765	-90.164
Direitos de Uso de Imóveis		440	1.750
Direitos de Uso de Imóveis		440	1.750
TOTAL DO ATIVO		364.479.727	363.230.370

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	Dez/2021	Dez/2020
PASSIVO CIRCULANTE		14.567.234	15.052.775
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	<u>10</u>	4.979.326	5.100.467
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	<u>11</u>	2.011.956	1.774.608
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	<u>12</u>	763.088	514.680
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		21	1.579
Obrigações de Repartição a Outros Entes		65.719	-
Provisões a Curto Prazo	<u>13</u>	22.574	17.561
Demais Obrigações a Curto Prazo	<u>14</u>	6.724.550	7.643.880
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		353.792.508	317.069.642
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	<u>11</u>	18.564.802	18.879.092
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	<u>12</u>	-	132.267
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		1.524	1.914
Provisões a Longo Prazo	<u>13</u>	335.220.429	298.052.591
Demais Obrigações a Longo Prazo		5.753	3.777
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		368.359.743	332.122.417
Patrimônio Social e Capital Social		402.576	378.514
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		20.997	27.282
Reservas de Lucros		111.611	137.263
Demais Reservas		54.061	29.436
Resultados Acumulados		-4.469.261	30.535.457
Resultado do Exercício		-35.538.974	-28.535.665
Resultados de Exercícios Anteriores		32.067.329	181.489.158
Ajustes de Exercícios Anteriores		-997.616	-122.418.035
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-3.880.015	31.107.953
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		364.479.727	363.230.370

Fonte: Siafi, em 25/1/2022.

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

R\$ milhares

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Dez/2021	Dez/2020	ESPECIFICAÇÃO	Dez/2021	Dez/2020
ATIVO FINANCEIRO	22.765.253	24.100.473	PASSIVO FINANCEIRO	14.855.878	13.946.180
ATIVO PERMANENTE	341.714.474	339.129.897	PASSIVO PERMANENTE	361.674.880	325.847.421
SALDO PATRIMONIAL	12.051.031		SALDO PATRIMONIAL		23.436.769

Fonte: Siafi, em 25/1/2022.

Quadro das Contas de Compensação

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	NE	Dez/2021	Dez/2020
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		67.153.541	68.945.934
Execução dos Atos Potenciais Ativos		67.153.541	68.945.934
Garantias e Contragarantias Recebidas		34.989.038	33.963.247
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		3.227.095	3.764.065
Direitos Contratuais		28.937.409	31.218.622
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		67.153.541	68.945.934
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		88.768.171	86.948.858
Execução dos Atos Potenciais Passivos		88.768.171	86.948.858
Garantias e Contragarantias Concedidas		774	775
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		2.179.345	1.717.043
Obrigações Contratuais	<u>15</u>	86.588.052	85.231.040
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		88.768.171	86.948.858

Fonte: Siafi, em 25/1/2022.

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

R\$ milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-4.449.342
Recursos Vinculados	12.358.718
Educação	-16.872
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-297.222
Previdência Social (RPPS)	58
Dívida Pública	-578.218
Alienação de Bens e Direitos	124.026
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	13.154.619
Outros Recursos Vinculados	-27.672
TOTAL	7.909.375

Fonte: Siafi, em 25/1/2022.

Demonstração das Variações Patrimoniais

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÕES	NE	Dez/2021	Dez/2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		417.671.654	421.290.094
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		134.119	88.175
Impostos		26	6
Taxas		134.093	88.170
Contribuições		8.415.655	6.700.222
Contribuições Sociais		8.415.601	6.700.092
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		54	130
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		2.901.359	2.185.724
Venda de Mercadorias		48.278	35.080
Vendas de Produtos		77.242	88.011
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		2.775.838	2.062.633
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		13.563.625	10.187.961
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		86.073	85.501
Juros e Encargos de Mora		29.085	27.697
Variações Monetárias e Cambiais		12.352.471	9.081.478
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		1.095.996	993.284
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		0	1
Transferências e Delegações Recebidas		378.165.828	390.235.669
Transferências Intragovernamentais		337.793.702	329.007.116
Transferências Intergovernamentais		18.575	16.905
Transferências das Instituições Privadas		8	42
Transferências de Pessoas Físicas		768	822
Outras Transferências e Delegações Recebidas		40.352.775	61.210.785
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		12.193.471	9.764.664
Reavaliação de Ativos		4.112.384	3.519.639
Ganhos com Alienação		51.986	28.432
Ganhos com Incorporação de Ativos		4.475.531	4.923.161
Ganhos com Desincorporação de Passivos		3.553.571	1.293.432
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		2.297.597	2.127.679
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	87
Resultado Positivo de Participações		143	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		55.423	19.928
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		2.242.030	2.107.663

ESPECIFICAÇÕES	NE	Dez/2021	Dez/2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		453.210.628	449.825.759
Pessoal e Encargos		36.011.229	35.390.908
Remuneração a Pessoal		32.746.622	32.147.790
Encargos Patronais		408.324	418.486
Benefícios a Pessoal		2.707.604	2.685.216
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		148.679	139.416
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		56.352.504	53.776.793
Aposentadorias e Reformas		30.177.018	28.480.788
Pensões		25.870.080	25.046.976
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		305.406	249.029
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		14.070.475	13.179.243
Uso de Material de Consumo		4.896.461	4.495.726
Serviços		7.279.863	6.776.052
Depreciação, Amortização e Exaustão		1.894.151	1.907.466
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		13.867.560	17.911.755
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		884.652	810.762
Juros e Encargos de Mora		569	268
Variações Monetárias e Cambiais		12.977.100	17.098.175
Descontos Financeiros Concedidos		2.340	1.980
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		2.899	570
Transferências e Delegações Concedidas		285.423.704	285.603.452
Transferências Intragovernamentais		241.853.931	231.244.197
Transferências Intergovernamentais		548.850	255.086
Transferências ao Exterior		1.071	387
Outras Transferências e Delegações Concedidas		43.019.851	54.103.783
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		9.995.300	7.434.687
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas		3.419.266	777.821
Perdas com Alienação		22.599	85.553
Perdas Involuntárias		231.972	235.216
Incorporação de Passivos		3.797.110	3.372.709
Desincorporação de Ativos		2.524.353	2.963.388
Tributárias		42.932	39.538
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		16.821	16.766
Contribuições		26.112	22.772
Custo - Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		37.190	21.636
Custo das Mercadorias Vendidas		5.631	4.372
Custos dos Produtos Vendidos		31.559	17.264
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		37.409.732	36.467.748
Premiações		240	211
Incentivos		6.712	6.280
Constituição de Provisões		37.211.645	36.275.150
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		191.135	186.107
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		-35.538.974	-28.535.665

Fonte: Siafi, em 25/1/2022.

Balanco Orçamentário

R\$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	16	15.423.329	15.423.329	14.858.312	-565.016
Receitas Tributárias		64.076	64.076	94.979	30.903
Taxas		64.076	64.076	94.979	30.903
Receitas de Contribuições	17	7.744.208	7.744.208	8.590.226	846.018
Contribuições Sociais		7.708.527	7.708.527	8.410.732	702.205
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		35.681	35.681	179.494	143.813
Receita Patrimonial	19	2.191.193	2.191.193	1.811.493	-379.700
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		210.473	210.473	210.967	494
Valores Mobiliários		548.005	548.005	1.221.930	673.925
Exploração de Recursos Naturais		1.067.606	1.067.606	-	-1.067.606
Cessão de Direitos		365.109	365.109	378.596	13.487
Receita Industrial		90.797	90.797	66.063	-24.734
Receitas de Serviços	18	5.281.896	5.281.896	4.186.062	-1.095.834
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		167.454	167.454	172.560	5.106
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		2.798.384	2.798.384	1.800.396	-997.988
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		2.217.520	2.217.520	2.090.070	-127.450
Serviços e Atividades Financeiras		78.747	78.747	83.138	4.391
Outros Serviços		19.790	19.790	39.897	20.107
Transferências Correntes		3.960	3.960	19.351	15.391
Outras Receitas Correntes		47.198	47.198	90.139	42.941
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		10.756	10.756	17.809	7.052
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		19.614	19.614	46.060	26.446
Demais Receitas Correntes		16.828	16.828	26.270	9.442
RECEITAS DE CAPITAL	16	53.095.326	53.095.326	2.221.945	-50.873.382
Operações de Crédito	20	52.861.951	52.861.951	1.985.951	-50.876.000
Operações de Crédito Internas		50.745.467	50.745.467	-	-50.745.467
Operações de Crédito Externas		2.116.485	2.116.485	1.985.951	-130.533
Alienação de Bens	21	21.975	21.975	54.659	32.684
Alienação de Bens Móveis		15.295	15.295	47.390	32.095
Alienação de Bens Imóveis		6.680	6.680	7.270	590
Amortização de Empréstimos		171.160	171.160	181.334	10.174
Transferências de Capital		40.240	40.240	-	-40.240
SUBTOTAL DE RECEITAS		68.518.655	68.518.655	17.080.257	-51.438.398
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		68.518.655	68.518.655	17.080.257	-51.438.398
DEFICIT		-	-	98.837.070	98.837.070
TOTAL		68.518.655	68.518.655	115.917.327	47.398.672
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO		-	2.128.866	-	-2.128.866
Superávit Financeiro		-	267.132	-	-
Créditos Cancelados		-	1.861.734	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	22	103.810.572	105.327.447	105.875.724	102.203.877	96.276.211	-548.277
Pessoal e Encargos Sociais	23	89.493.468	89.836.091	89.646.527	89.640.761	84.295.015	189.565
Juros e Encargos da Dívida		956.773	1.001.448	745.494	744.876	744.876	255.954
Outras Despesas Correntes	24	13.360.331	14.489.908	15.483.704	11.818.239	11.236.320	-993.796
DESPESAS DE CAPITAL	22	7.280.976	7.892.966	8.306.310	5.647.180	5.541.170	-413.343
Investimentos	25	6.978.369	7.553.827	8.040.924	5.500.930	5.394.919	-487.096
Inversões Financeiras		268.300	284.328	249.180	132.236	132.236	35.148
Amortização da Dívida		34.306	54.811	16.206	14.014	14.014	38.605
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		1.317.914	1.317.914	-	-	-	1.317.914
SUBTOTAL DAS DESPESAS		112.409.462	114.538.328	114.182.034	107.851.056	101.817.381	356.293
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANC.		2.520.032	2.520.032	1.735.293	1.735.293	1.735.293	784.739
Amortização da Dívida Externa		2.520.032	2.520.032	1.735.293	1.735.293	1.735.293	784.739
Outras Dívidas		2.520.032	2.520.032	1.735.293	1.735.293	1.735.293	784.739
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		114.929.493	117.058.359	115.917.327	109.586.349	103.552.674	1.141.032
TOTAL		114.929.493	117.058.359	115.917.327	109.586.349	103.552.674	1.141.032

Fonte: Siafi, em 25/1/2022.

Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

R\$ milhares

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
DESPESAS CORRENTES		642.646	3.557.726	3.331.959	3.299.663	187.109	713.599
Pessoal e Encargos Sociais		1	993	857	857	124	13
Juros e Encargos da Dívida		-	649	649	649	-	-
Outras Despesas Correntes		642.645	3.556.083	3.330.453	3.298.157	186.985	713.587
DESPESAS DE CAPITAL		1.293.863	2.299.109	2.258.064	2.180.959	127.076	1.284.937
Investimentos		1.292.717	2.216.146	2.175.281	2.098.176	126.060	1.284.627
Inversões Financeiras		1.146	80.349	80.169	80.169	1.017	309
Amortização da Dívida		-	2.614	2.614	2.614	-	-
TOTAL	26	1.936.509	5.856.834	5.590.023	5.480.622	314.185	1.998.536

Fonte: Siafi, em 25/1/2022.

Quadro de Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

R\$ milhares

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
DESPESAS CORRENTES		3.260	5.701.114	5.699.026	2.053	3.296
Pessoal e Encargos Sociais		54	5.263.676	5.263.414	313	3
Outras Despesas Correntes		3.206	437.439	435.611	1.741	3.293
DESPESAS DE CAPITAL		56.044	144.821	171.460	5.471	23.935
Investimentos		56.044	142.023	168.661	5.471	23.935
Inversões Financeiras		-	2.798	2.798	0	-
TOTAL		59.304	5.845.935	5.870.485	7.524	27.230

Fonte: Siafi, em 25/1/2022.

Balanço Financeiro

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	NE	Dez/2021	Dez/2020
INGRESSOS			
Receitas Orçamentárias		17.080.257	13.667.381
Ordinárias		37.206	31.935
Vinculadas		17.129.674	13.997.813
Seguridade Social (Exceto Previdência)		10.344.932	6.553.241
Dívida Pública		1.985.951	1.320.430
Alienação de Bens e Direitos		57.757	52.195
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		4.741.033	4.133.996
Outros Recursos Vinculados		-	1.930.471
Recursos a Classificar		1	7.480
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-86.624	-362.367
Transferências Financeiras Recebidas		334.612.993	325.749.365
Resultantes da Execução Orçamentária		319.263.995	312.011.740
Cota Recebida		103.317.876	102.259.620
Repasse Recebido		109.249.917	107.516.431
Sub-repasse Recebido		104.212.199	102.228.707
Repasse Devolvido		1.649.756	1.198
Sub-repasse Devolvido		834.247	5.784
Independentes da Execução Orçamentária		15.348.999	13.737.624
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		10.397.902	9.088.014
Demais Transferências Recebidas		158.887	53.537
Movimentação de Saldos Patrimoniais		4.791.838	4.595.360
Movimentações para Incorporação de Saldos		372	714
Recebimentos Extraorçamentários		15.355.571	13.679.991
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		6.033.675	5.791.136
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		6.330.978	5.788.657
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.543.410	1.431.739
Outros Recebimentos Extraorçamentários		447.507	668.459
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	21
Restituições a Pagar		2	-
Passivos Transferidos		-	1.534
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		3	4
Arrecadação de Outra Unidade		106.264	118.427
Variação Cambial		526	4.074
Valores para Compensação		-	1
Valores em Trânsito		23.351	-
DARF – SISCOMEX		-	59
Ajuste Acumulado de Conversão		164.804	544.338
Demais Recebimentos		152.557	-
Saldo do Exercício Anterior		23.997.506	24.174.026
Caixa e Equivalentes de Caixa		23.997.506	24.174.026
TOTAL		391.046.327	377.270.763

Fonte: Siafi, em 25/1/2022.

ESPECIFICAÇÃO	NE	Dez/2021	Dez/2020
DISPÊNDIOS			
Despesas Orçamentárias		115.917.327	112.533.531
Ordinárias		75.628.481	40.839.902
Vinculadas		40.288.846	71.693.629
Educação		4.506	4.015
Seguridade Social (Exceto Previdência)		28.565.188	13.504.465
Previdência Social (RPPS)		1.321.639	2.045.807
Dívida Pública		4.860.210	47.065.762
Alienação de Bens e Direitos		13.216	31.826
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		5.524.087	6.517.245
Outros Recursos Vinculados		-	2.524.508
Transferências Financeiras Concedidas		238.632.767	227.978.400
Resultantes da Execução Orçamentária		216.128.381	208.947.886
Repassé Concedido		108.575.491	106.609.907
Sub-repassé Concedido		104.212.199	102.244.361
Cota Devolvida		856.454	86.635
Repassé Devolvido		1.649.756	1.198
Sub-repassé Devolvido		834.481	5.784
Independentes da Execução Orçamentária		22.504.386	19.030.514
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		8.020.249	7.416.844
Demais Transferências Concedidas		884.397	57.088
Movimento de Saldos Patrimoniais		13.599.369	11.555.868
Movimentações para Incorporação de Saldos		372	714
Pagamentos Extraorçamentários		13.820.455	12.761.328
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		5.870.485	5.806.945
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		5.480.622	5.443.231
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.424.707	1.408.320
Outros Pagamentos Extraorçamentários		44.640	102.831
Ordens Bancárias Sacadas – Cartão de Pagamento		15	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-	15
Variação Cambial		44.626	75.859
Valores em Trânsito		-	22.667
Demais Pagamentos		-	4.289
Saldo para o Exercício Seguinte		22.675.778	23.997.506
Caixa e Equivalentes de Caixa		22.675.778	23.997.506
TOTAL		391.046.327	377.270.763

Fonte: Siafi, em 25/1/2022.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÕES	NE	Dez/2021	Dez/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		5.743.160	8.378.948
INGRESSOS		352.462.223	339.972.941
Receita Tributária		94.979	62.833
Receita de Contribuições		8.590.226	6.769.491
Receita Patrimonial		589.706	560.214
Receita Industrial		66.063	80.184
Receita de Serviços		4.186.062	3.427.270
Remuneração das Disponibilidades		1.221.787	1.144.123
Outras Receitas Derivadas e Originárias		90.139	61.517
Transferências Correntes Recebidas		19.351	17.768
Intergovernamentais		18.575	12.896
Dos Estados e/ou Distrito Federal		12.061	10.034
Dos Municípios		6.514	2.862
Intragovernamentais		-	4.009
Outras Transferências Correntes Recebidas		776	864
Outros Ingressos Operacionais		337.603.911	327.849.541
Ingressos Extraorçamentários		2.543.410	1.431.739
Restituições a Pagar		2	-
Passivos Transferidos		-	1.534
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		3	4
Transferências Financeiras Recebidas		334.612.993	325.749.365
Arrecadação de Outra Unidade		106.264	118.427
Variação Cambial		526	4.074
Valores para Compensação		-	1
Valores em Trânsito		23.351	-
DARF – SISCOMEX		-	59
Ajuste Acumulado de Conversão		164.804	544.338
Demais Recebimentos		152.557	-

ESPECIFICAÇÕES	NE	Dez/2021	Dez/2020
DESEMBOLSOS		-346.719.063	-331.593.994
Pessoal e Demais Despesas		-103.884.197	-100.555.779
Judiciário		-18.256	-12.887
Essencial à Justiça		-37	-34
Administração		-10.644	-18.775
Defesa Nacional		-75.460.464	-73.072.716
Segurança Pública		-470.338	-509.788
Relações Exteriores		-460	-1.016
Assistência Social		-10.170	-4.780
Previdência Social		-26.884.618	-25.957.988
Saúde		-342.209	-242.996
Educação		-6.782	-4.723
Direitos da Cidadania		-1.908	-2.687
Gestão Ambiental		-1.598	-497
Ciência e Tecnologia		-20.850	-16.637
Indústria		-3.040	-2.000
Energia		-13.181	-15.049
Transporte		-6.818	-11.792
Desporto e Lazer		-15.315	-46.782
Encargos Especiais		-617.496	-634.653
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-15	21
Juros e Encargos da Dívida		-745.526	-668.384
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-2.871	-3.416
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-560.850	-511.439
Outros Encargos da Dívida		-181.806	-153.529
Transferências Concedidas		-987.241	-880.280
Intergovernamentais		-332.451	-292.410
A Estados e/ou Distrito Federal		-100.859	-11.674
A Municípios		-231.592	-280.736
Intragovernamentais		-449.823	-471.834
Outras Transferências Concedidas		-204.966	-116.036
Outros Desembolsos Operacionais		-241.102.100	-229.489.551
Dispêndios Extraorçamentários		-2.424.707	-1.408.320
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-	-15
Transferências Financeiras Concedidas		-238.632.767	-227.978.400
Variação Cambial		-44.626	-75.859
Valores em Trânsito		-	-22.667
Demais Pagamentos		-	-4.289

ESPECIFICAÇÕES	NE	Dez/2021	Dez/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-7.298.919	-8.145.340
INGRESSOS		235.993	223.551
Alienação de Bens		54.659	47.376
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		181.334	176.176
DESEMBOLSOS		-7.534.912	-8.368.891
Aquisição de Ativo Não Circulante		-4.334.389	-5.523.362
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-183.829	-223.501
Outros Desembolsos de Investimentos		-3.016.694	-2.622.029
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		234.031	-410.129
INGRESSOS		1.985.951	1.320.430
Operações de Crédito		1.985.951	1.320.430
DESEMBOLSOS		-1.751.921	-1.730.558
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-1.751.921	-1.730.558
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-1.321.728	-176.521
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		23.997.506	24.174.026
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		22.675.778	23.997.506

Fonte: Siafi, em 25/1/2022.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

R\$ milhares

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	AFAC	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020	378.514	-	-	136.712	29.436	177.043.839	-	-	177.588.501
Varição Cambial	-	-	-	-	-	4.445.870	-	-	4.445.870
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	1.600	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	4.830	-	-	-	-20.809	-	-	-15.979
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	0	-122.464	-	-	-122.464
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-28.535.665	-	-	-28.535.665
Constituição/Reversão de Reservas	-	20.852	-	551	-	-16.119	-	-	5.284
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2020	378.514	27.282	-	137.263	29.436	30.535.457	-	-	31.107.953

R\$ milhares

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	AFAC	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021	378.514	27.282	-	137.263	29.436	30.535.457	-	-	31.107.953
Variação Cambial	-	-	-	-	-	1.532.925	-	-	1.532.925
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	4.008	-	-	-	-1.018.869	-	-	-1.014.861
Aumento/Redução de Capital	24.062	-13.504	-	-	-	-3.210	-	-	7.349
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	24.625	-	-	-	24.625
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-35.538.974	-	-	-35.538.974
Constituição/Reversão de Reservas	-	3.210	-	-26.705	-	24.463	-	-	968
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021	402.576	20.997	-	110.558	54.061	-4.468.207	-	-	-3.880.015

Fonte: Siafi, em 31/1/2022.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

1 - Base de Elaboração das Demonstrações e das Práticas Contábeis

1.1 Base de Elaboração

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ministério da Defesa foram elaboradas em estrita observância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964; do Decreto-Lei nº 200/1967; do Decreto nº 93.872/1986; da Lei nº 10.180/2001; e da Lei Complementar nº 101/2000 e abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP do Conselho Federal de Contabilidade - CFC; e as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e no Manual Siafi, ambos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

As Notas Explicativas ora apresentadas são parte integrante das demonstrações contábeis e buscam esclarecer e detalhar as informações, sendo peças fundamentais para uma melhor compreensão e análise das demonstrações contábeis.

1.2 Uso de Estimativas e Julgamentos

Para a elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as NBC TSP do CFC e as orientações contidas no MCASP, é exigido que o Órgão faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas.

As principais estimativas e premissas estão relacionadas a seguir:

a) Imobilizado: a partir de 2010 a vida útil econômica dos bens do imobilizado foi definida conforme estabelecido na Macrofunção 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão de Bens na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, do Manual Siafi.

b) Provisões: reconhecimento e mensuração de provisões e contingências, apontando as principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos, conforme estabelecido pela Macrofunção 02.03.36 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Manual Siafi.

2 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Ministério da Defesa obedecem às opções e premissas do MCASP, conforme a seguir:

2.1 Moeda Funcional e de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual o Órgão atua ("a moeda funcional"). Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Órgão e, também, a sua moeda de apresentação, podendo ocorrer variações dos saldos de algumas contas contábeis, decorrentes da taxa de câmbio vigente, durante a conversão dos valores registrados em moeda estrangeira para a moeda funcional no período.

2.2 Disponibilidades

Incluem a conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

2.3 Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados principalmente com: créditos por dano ao patrimônio, empréstimos e financiamentos concedidos e adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações financeiras.

2.4 Estoques

Estoques compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, as matérias-primas e o almoxarifado. São mensurados e avaliados com base no valor de aquisição. O método aplicado majoritariamente para a mensuração e a avaliação das saídas dos estoques utilizados pelo Ministério da Defesa é o preço médio ponderado das compras, considerando que são, em sua maioria, bens de almoxarifado, em conformidade com o inciso III, do art. 106, da Lei nº 4.320/1964.

2.5 Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber realizáveis em prazo superior a 12 meses, contados da data das demonstrações financeiras. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos de atualizações e correções monetárias.

2.6 Imobilizado

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, deduzida a respectiva depreciação acumulada.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do Imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, eles são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens imóveis são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União do Ministério da Economia (SPU). O SPIUnet está integrado ao Siafi para efeito de registro contábil das variações patrimoniais relativas aos imóveis.

2.7 Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

2.8 Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas Autarquias e Fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei nº 10.180/2001, as NBC TSP e o MCASP. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi, Macrofunção 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, disponível no sítio da STN, e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

a) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, das Autarquias e das Fundações públicas federais deverão ser reavaliados:

- (i) Aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- (ii) Aqueles em que houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; e
- (iii) Caso seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e as características específicas dos imóveis e os preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

b) Redução ao valor recuperável

O Ministério da Defesa segue a metodologia para reavaliação e redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor dos ativos conforme as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e do Manual Siafi, Macrofunção 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.

c) Depreciação, Amortização e Exaustão

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado ou do intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10 de dezembro de 2014, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos tratados no tópico seguinte. Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

d) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de *Kuentzle*, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de

bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

2.9 Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; fornecedores e contas a pagar; e demais obrigações a curto prazo.

2.10 Empréstimos e Financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras internas e externas, a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas, efetuadas diretamente com o fornecedor.

2.11 Provisões

Os procedimentos contábeis aplicados às provisões têm como base legal a NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. O valor reconhecido como provisão refere-se a melhor estimativa do desembolso exigido para se extinguir a obrigação presente na data das demonstrações contábeis, correspondendo ao que a entidade racionalmente pagaria para, na data das demonstrações contábeis, liquidar a obrigação ou para transferi-la a um terceiro.

As estimativas dos resultados e efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da administração da entidade, complementados pela experiência de casos similares e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

As provisões são reavaliadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente.

3 – Caixa e Equivalente de Caixa

O subgrupo “Caixa e Equivalente de Caixa”, representado por valores em caixa e em bancos, apresentou decréscimo de 5,51%, quando comparados com o os saldos apurados no exercício anterior, com a seguinte distribuição por Órgão:

Tabela 1 - Caixa e Equivalente de Caixa - Por Órgão R\$ milhares

Órgão	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
MINISTÉRIO DA DEFESA	103.389	81.307	27,16	0,46
COMANDO DA MARINHA	5.419.094	6.816.802	-20,50	23,90
COMANDO DO EXÉRCITO	5.747.751	5.751.720	-0,07	25,35
COMANDO DA AERONÁUTICA	11.405.544	11.347.676	0,51	50,30
Total	22.675.778	23.997.506	-5,51	100,00

Fonte: Siafi, em 17/1/2022.

Na distribuição entre os órgãos, o Comando da Aeronáutica apresentou o maior saldo no trimestre (50,30%). Verificou-se variação positiva no Ministério da Defesa na comparação entre dezembro de 2021 e dezembro de 2020 (27,16%). A composição por conta contábil desse item é apresentada na Tabela 2.

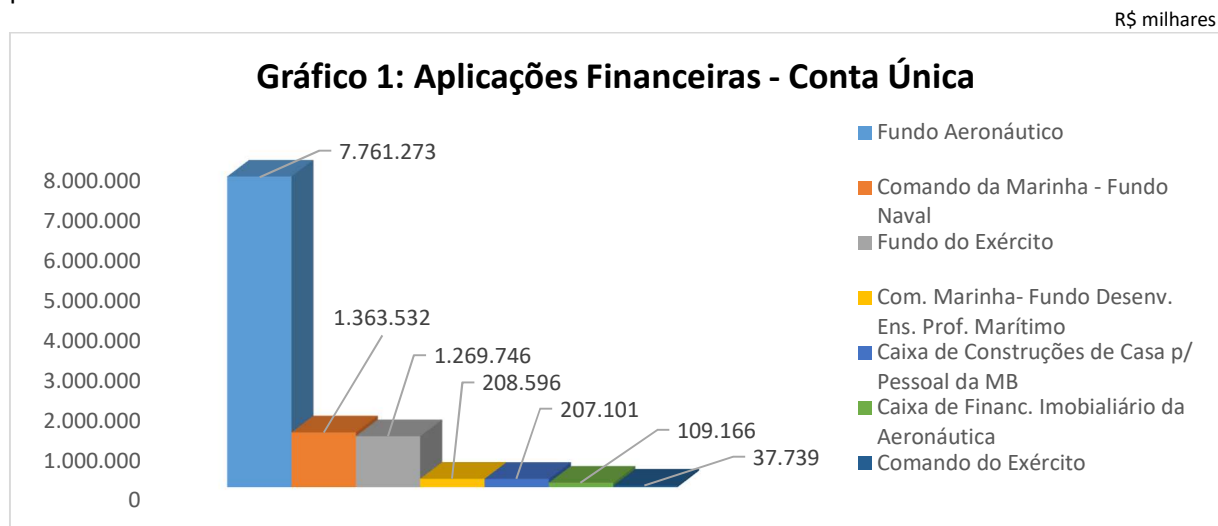
Tabela 2 - Caixa e Equivalente de Caixa - Composição

	R\$ milhares			
	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	10.957.153	7.512.927	45,84	48,32
LIMITE DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	5.565.913	5.540.871	0,45	24,55
BANCOS CONTA MOVIMENTO BANCOS OFICIAIS EXTER.	1.715.929	1.854.783	-7,49	7,57
POUPANCA	1.046.076	1.054.862	-0,83	4,61
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO – OFSS	1.043.735	982.368	6,25	4,60
APLIC FINAN LIQUIDEZ IMEDIATA RECURSOS CTU	1.036.727	1.222.183	-15,17	4,57
FUNDO DE APLICACAO FINANCEIRA	524.600	504.746	3,93	2,31
FUNDO DE APLICACAO – EXTRAMERCADO	430.023	1.507.637	-71,48	1,90
APLIC FINAN LIQUIDEZ IMED - MOEDA ESTRANGEIRA	333.757	322.109	3,62	1,47
Demais	21.865	17.019	28,47	0,10
CDB	-	3.478.000	-100,00	0,00
Total	22.675.778	23.997.506	-5,51	100,00

Fonte: Siafi, em 17/1/2022.

O item “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - Ordem Pagamento – OFSS” representa os valores dos equivalentes de caixa (Limite de Saque da Conta Única) aguardando a autorização do pagamento e posterior da emissão da ordem bancária, em grande parte relativos à folha de pagamento do mês de dezembro e representou, no período, 48,32% do Subgrupo.

Quanto ao item “CTU – Recursos da Conta Única Aplicados”, que representa os recursos da Conta Única arrecadados em fontes próprias em processo de aplicação financeira, sua distribuição pode ser assim demonstrada:



Fonte: Siafi, em 21/1/2022.

4 - Créditos e Valores a Curto Prazo

Os Créditos e Valores representam os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, transferências, adiantamentos, empréstimos e financiamentos concedidos, realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações financeira. A Tabela 3 demonstra a composição do subgrupo “Créditos e Valores a Curto Prazo” por Órgão.

Tabela 3- Créditos e Valores a Curto Prazo por Órgão

Órgão	R\$ milhares			
	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
MINISTÉRIO DA DEFESA	79.231	66.510	19,13	5,19
COMANDO DA MARINHA	801.899	760.584	5,43	52,57
COMANDO DO EXÉRCITO	595.974	595.122	0,14	39,07
COMANDO DA AERONÁUTICA	48.183	422.210	-88,59	3,16
Total	1.525.287	1.844.426	-17,30	100,00

Fonte: Siafi, em 17/1/2022.

Os Órgãos Comando da Marinha e Comando do Exército apresentaram os saldos mais significativos (52,57% e 39,07%, respectivamente).

A Tabela 4 demonstra os “Créditos e Valores a Curto Prazo” segregados pelos subgrupos “Créditos a Curto Prazo” e “Demais Créditos a Curto Prazo”.

Tabela 4 – Créditos e Valores Curto Prazo – Composição

Subgrupo	Título	R\$ milhares			
		Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
Créditos a Curto Prazo	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	158.132	172.133	-8,13	10,37
	Clientes	98.033	74.238	32,05	6,43
	Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo	-12.024	-18.368	-34,54	-0,79
Subtotal – Créditos a Curto Prazo		244.141	228.003	7,08	16,01
Demais Créditos a Curto Prazo	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.375.174	1.710.711	-19,61	90,16
	Ajuste para Perda Demais Créd./Valor Curto Prazo	-94.028	-94.288	-0,28	-6,16
Subtotal – Demais Créditos a Curto Prazo		1.281.146	1.616.423	-20,74	83,99
Total - Créditos e Valores Curto Prazo		1.525.287	1.844.426	-17,30	100,00

Fonte: Siafi, em 17/1/2022.

Os haveres decorrentes de empréstimos e financiamentos concedidos (curto prazo) estão registrados no âmbito da Caixa de Construções de Casas para Pessoal da Marinha Brasil (98,28%) e da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (1,75%).

Os saldos dos itens “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” representam 90,16% do subgrupo “Créditos e Valores a Curto Prazo”.

A Tabela 5 apresenta a distribuição do título “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” por Órgão:

Tabela 5 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo por Órgão

Órgão	R\$ milhares			
	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
MINISTÉRIO DA DEFESA	55.015	50.311	9,35	4,29
COMANDO DA MARINHA	646.536	591.425	9,32	50,47
COMANDO DO EXÉRCITO	534.114	555.451	-3,84	41,69
COMANDO DA AERONÁUTICA	45.481	419.235	-89,15	3,55
Total	1.281.146	1.616.423	-20,74	100,00

Fonte: Siafi, em 17/1/2022.

Os Órgãos Comando da Marinha e Comando do Exército apresentaram os saldos mais significativos (50,47% e 41,69%, respectivamente).

A Tabela 6, a seguir, detalha a composição do subgrupo “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”.

Tabela 6 - Demais Créditos e Valores CP – Composição

	R\$ milhares		
	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)
Adiantamentos Concedidos	768.674	956.268	-19,62
Outros Créditos a Rec. e Valores a Curto Prazo	566.082	717.493	-21,10
Créditos por Danos ao Patrimônio	30.347	29.671	2,28
Tributos a Recuperar / Compensar	10.065	7.273	38,38
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5	5	0,00
Ajuste p/ Perda Demais Créd. / Valor Curto Prazo	-94.028	-94.288	-0,28
Total	1.281.146	1.616.423	-20,74

Fonte: Siafi, em 17/1/2022.

Os adiantamentos concedidos referem-se principalmente a “Adiantamentos a Fornecedores” (65,40%) e a “Adiantamentos Concedidos a Pessoal” (31,07%).

A Tabela 7 apresenta o subgrupo “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo”, organizados por órgão.

Tabela 7 - Demais Créditos e Valores CP - Outros Créditos a Receber e Valores a CP - Órgão R\$ milhares

Órgão	Dez/2021	AV (%)
MINISTÉRIO DA DEFESA	223.432	39,47
COMANDO DA MARINHA	318.293	56,23
COMANDO DO EXÉRCITO	3.085	0,55
COMANDO DA AERONÁUTICA	21.271	3,76
Total	566.082	100,00

Fonte: Siafi, em 17/11/2022.

O subgrupo de “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo” apresentou no período uma variação negativa de 21,10% (Tabela 6), com maior impacto no Comando da Marinha, representando 56,23% do total (Tabela 7).

A Tabela 8 apresenta a composição do subgrupo “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo”.

Tabela 8 - Demais Créditos e Valores CP - Outros Créditos a Receber e Valores CP – Composição R\$ milhares

	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
Créd. a Receber de Entidades Federais	313.585	319.395	-1,82	55,40
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	127.402	125.218	1,74	22,51
Valores em Trânsito – UG Exterior	79.410	95.694	-17,02	14,03
Remuneração Recursos Aplicados na CTU a Receber	28.960	13.029	122,27	5,12
Crédito a Receber por Cessão de Áreas Públicas	12.645	13.115	-3,58	2,23
Créditos Parcelados	3.198	-	-	0,56
Crédito a Receber por Pagamento Desp. de Terceiros	777	5.742	-86,47	0,14
Créditos a Receber Decorr. de Infrações Leg. e Contratuais	63	495	-87,32	0,01
Rendimentos de Aplicações Pré-Fixados	-	144.620	-100,00	0,00
Demais	42	185	-77,51	0,01
Total	566.082	717.493	-21,10	100,00

Fonte: Siafi, em 17/1/2022.

Verifica-se que o item mais relevante se refere a “Créditos a Receber de Entidades Federais”, que representa 55,40% do total.

5 – Estoques

Os Estoques representam os materiais de consumo em almoxarifado; as importações em andamento e os materiais em trânsito. A Tabela 9 apresenta a composição do subgrupo “Estoques” por Órgão:

Tabela 9 - Estoques por Órgão R\$ milhares

Órgão	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
MINISTÉRIO DA DEFESA	24.410	27.031	-9,70	0,19
COMANDO DA MARINHA	2.483.752	2.478.554	0,21	19,32
COMANDO DO EXÉRCITO	2.660.766	2.390.593	11,30	20,69
COMANDO DA AERONÁUTICA	7.689.980	6.778.529	13,45	59,80
Total	12.858.907	11.674.708	10,14	100,00

Fonte: Siafi, em 17/1/2022.

O subgrupo “Estoques” apresentou variação de 10,14% em relação ao período anterior, sendo que o Ministério da Defesa teve variação negativa (9,70%). Os Comandos da Aeronáutica e do Exército tiveram os maiores valores registrados, correspondendo a 59,80% e 20,69% do total, respectivamente. A Tabela 10 apresenta o detalhamento da do subgrupo “Estoques”.

Tabela 10 - Estoques - Composição

	R\$ milhares			
	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
Material de Consumo – Estoque Interno para Distribuir	4.594.195	4.284.344	7,23	35,73
Materiais de Consumo	4.026.151	3.469.758	16,04	31,31
Importações em Andamento - Estoques	1.194.681	1.215.134	-1,68	9,29
Materiais de Consumo em Trânsito	1.147.157	994.456	15,36	8,92
Mat. Const. Est. Armazém Terceiros para Distribuição	525.059	630.402	-16,71	4,08
Matérias-Primas – Armazéns de Terceiros	430.545	468.535	-8,11	3,35
Estoque Sobressalentes a Reparar	356.401	97.277	266,38	2,77
Estoque Sobressalentes a Alienar	315.433	266.499	18,36	2,45
Demais	283.601	258.961	9,51	2,21
*AJUSTE DE PERDAS EM ESTOQUES	-14.318	-10.658	34,34	-0,11
Total	12.858.907	11.674.708	10,14	100,00

Fonte: Siafi, em 17/1/2022.

6 – Ativo Realizável a Longo Prazo

O “Ativo Realizável a Longo Prazo”, que compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo, está distribuído pelos Órgãos conforme Tabela 11.

Tabela 11 - Ativo Realizável a Longo Prazo por Órgão

	R\$ milhares			
Órgão	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
MINISTÉRIO DA DEFESA	158.108	170.705	-7,38	16,72
COMANDO DA MARINHA	751.316	725.919	3,50	79,44
COMANDO DO EXÉRCITO	16.961	23.160	-26,77	1,79
COMANDO DA AERONÁUTICA	19.328	31.514	-38,67	2,04
Total	945.714	951.299	-0,59	100,00

Fonte: Siafi, em 17/1/2022.

Esse Grupo, cujos saldos encontram-se em sua totalidade no subgrupo “Créditos a Longo Prazo”, apresentou variação negativa de 0,59% em relação ao mesmo período em 2020, tendo o Comando da Aeronáutica a maior a variação negativa (38,67%). O Comando da Marinha teve o saldo mais expressivo do Grupo (79,44%).

A composição do subgrupo “Créditos a Longo Prazo” é detalhada na Tabela 12.

Tabela 12 - Créditos a Longo Prazo – Composição

	R\$ milhares			
	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	764.648	741.338	3,14	80,85
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	328.133	308.716	6,29	34,70
Clientes	560	695	-19,38	0,06
Ajuste de Perda de Demais Créditos e Valores	-135.620	-99.450	36,37	-14,34
Ajuste de Perda de Créditos a Longo Prazo	-12.007	-	-	-1,27
Total	945.714	951.299	-0,59	100,00

Fonte: Siafi, em 17/1/2022.

Os itens “Empréstimos e Financiamentos Concedidos” e “Demais Créditos e Valores a Longo Prazo” representam 80,85% e 34,70% do total, respectivamente.

A Tabela 13 demonstra os “Empréstimos e Financiamentos Concedidos” por Órgão.

Tabela 13 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos por Órgão

	R\$ milhares		
Órgão	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)
Caixa de Construções de Casas p/Pessoal da MB	745.907	721.963	3,32
Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	18.741	19.375	-3,27
Total	764.648	741.338	3,14

Fonte: Siafi, em 17/1/2022.

Conforme demonstrado na Tabela 12, os “Demais Créditos a Longo Prazo” representam 34,70% do total do subgrupo “Créditos a Longo Prazo”. A Tabela 14 detalha sua composição.

Tabela 14 - Demais Créditos a Longo Prazo – Composição

	R\$ milhares		
	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)
Crédito por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU	281.100	251.965	11,56
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	35.277	40.010	-11,83
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	11.755	9.366	25,51
Adiantamento Concedido a Pessoal e Terceiros	0	7.376	-99,99
Subtotal	328.133	308.716	6,29
Ajuste de Perda de Demais Créditos e Valores	-135.620	-99.450	36,37
Total	192.513	209.265	-8,01

Fonte: Siafi, em 17/1/2022.

O item “Crédito por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU” apresentou o saldo mais expressivo do subgrupo “Demais Créditos a Longo Prazo”, no montante de R\$ 281,1 milhões. Esse subgrupo representa direitos provenientes de danos ao patrimônio apurados em Tomadas de Contas Especial e julgados pelo Tribunal de Contas da União – TCU, a partir de Acórdãos com imposição de débito ao responsável.

A Tabela 15 demonstra a alocação do item por Órgão.

Tabela 15 - Créditos por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU

	R\$ milhares			
Órgão	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
MINISTÉRIO DA DEFESA	149.597	143.324	4,38	53,22
COMANDO DA MARINHA	75.789	70.476	7,54	26,96
COMANDO DO EXÉRCITO	6.085	6.085	0,00	2,16
COMANDO DA AERONÁUTICA	49.628	32.079	54,70	17,66
Total	281.100	251.965	11,56	100,00

Fonte: Siafi, em 17/1/2022.

Quanto aos “Créditos por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU”, o Ministério da Defesa apresentou o maior saldo, no montante de R\$ 149,59 milhões (53,22% do total) e o Comando da Aeronáutica teve variação de 54,70% em relação a dezembro de 2020.

Ainda em relação ao título “Demais Créditos a Longo Prazo” (Tabela 14), observou-se uma variação negativa (11,83%) no item “Outros Créditos a Receber a Longo Prazo”. A Tabela 16 apresenta a alocação da rubrica por Órgão.

Tabela 16 - Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo

	R\$ milhares			
Órgão	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
MINISTÉRIO DA DEFESA	21.433	26.671	-19,64	60,76
COMANDO DO EXÉRCITO	1.760	1.689	4,19	4,99
COMANDO DA AERONÁUTICA	12.084	11.650	3,73	34,26
Total	35.277	40.010	-11,83	100,00

Fonte: Siafi, em 17/1/2022.

Quanto à variação negativa em relação a 2020, encontrada no âmbito do Ministério da Defesa no item “Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo” (Tabela 16), menciona-se que ocorreu devido a equívoco em valores lançados pelo Departamento do Programa Calha Norte (DPCN/SG-MD), a título de “Créditos a Receber Decorrentes de Infrações – Longo Prazo” (Tabela 16), realizados em dezembro de 2020, a título de atualização monetária anual. Os valores lançados indevidamente em dezembro de 2020 foram revistos e estornados para as correções pertinentes em janeiro de 2021.

7 – Investimentos

Os investimentos estão registrados na Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, empresa pública dependente, vinculada ao Comando do Exército, sendo composto por: (i) participações permanentes e (ii) propriedades para investimento, conforme a Tabela 17.

Tabela 17 - Investimentos – Composição R\$ milhares

	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
Participações Permanentes	2.003	2.003	0,00	86,98
Propriedades para Investimento	300	300	0,00	13,02
Total	2.303	2.303	0,00	100,00

Fonte: Siafi, em 17/1/2021.

As participações permanentes representam os investimentos realizados na Companhia Brasileira de Cartuchos - CBC.

8 - Imobilizado

O Ativo Imobilizado abrange os direitos que tenha por objeto bens corpóreos mantidos para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, sendo classificado em bens móveis e imóveis.

a-) Bens Móveis

Compreende os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

Ao final do exercício de 2021, o item “Bens Móveis” totalizava R\$ 77,9 bilhões. A Tabela 18 apresenta sua segregação por Órgão.

Tabela 18 – Ativo Imobilizado – Bens Móveis por Órgão R\$ milhares

		Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	Bens Móveis	370.156	353.875	4,60	0,47
	Depreciação Acumulada	-205.647	-189.880	8,30	-0,26
	Valor Contábil Líquido	164.508	163.995	0,31	0,21
Comando da Marinha	Bens Móveis	31.521.093	33.396.498	-5,62	40,44
	Depreciação Acumulada	-1.707.806	-1.497.597	14,04	-2,19
	Redução Valor Recup. Bens Móveis	-115.927	-115.503	0,37	-0,15
	Valor Contábil Líquido	29.697.360	31.783.399	-6,56	38,10
Comando do Exército	Bens Móveis	20.368.686	19.196.446	6,11	26,13
	Depreciação Acumulada	-4.235.629	-3.948.765	7,26	-5,43
	Valor Contábil Líquido	16.133.057	15.247.681	5,81	20,70
Comando da Aeronáutica	Bens Móveis	33.320.434	31.754.859	4,93	42,75
	Depreciação Acumulada	-1.370.573	-1.242.728	10,29	-1,76
	Valor Contábil Líquido	31.949.861	30.512.131	4,71	40,99
Total		77.944.785	77.707.206	0,31	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

O item “Bens Móveis” apresentou variação positiva de 0,31%, sendo que o Comando do Exército é o órgão com variação positiva mais expressiva (5,81%). Os Comandos da Aeronáutica e da Marinha têm os maiores valores registrados, correspondendo a 40,99% e 38,10% do total, respectivamente. A Tabela 19 apresenta a composição dos Bens Móveis.

Tabela 19 - Ativo Imobilizado – Bens Móveis: Composição

R\$ milhares

Bens Móveis	Dez/2021			Dez/ 2020			AH (%)	AV (%)
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido		
Bens Móveis em Andamento	38.272.788	-	38.272.788	40.516.177	0	40.516.177	-5,54	49,10
Veículos	22.201.185	-3.029.836	19.171.349	20.493.505	-2.973.994	17.519.512	9,43	24,60
Bens Móveis em Almoxarifado	7.141.999	-920	7.141.079	7.113.987	-206	7.113.781	0,38	9,16
Máq., Aparelhos, Equip. e Ferramenta	9.191.537	-2.634.564	6.556.973	8.358.299	-2.249.658	6.108.641	7,34	8,41
Demais Bens Móveis	3.677.884	-11.597	3.666.287	3.404.903	-9.829	3.395.074	7,99	4,70
Armamentos	1.478.693	-117.737	1.360.956	1.324.874	-90.791	1.234.083	10,28	1,75
Móveis e Utensílios	1.562.274	-725.826	836.449	1.509.771	-640.471	869.300	-3,78	1,07
Bens de Informática	1.568.020	-850.624	717.396	1.511.908	-786.538	725.369	-1,10	0,92
Mater Cultural, Educ. e de Comunic.	466.780	-143.983	322.797	451.763	-123.624	328.139	-1,63	0,41
Semoventes	19.036	-4.568	14.468	15.783	-3.858	11.925	21,33	0,02
Peças e Conjuntos de Reposição	172	-	172	708	-	708	-75,76	0,00
Subtotal	85.580.368	-7.519.656	78.060.713	84.701.678	-6.878.969	77.822.709	0,31	100,15
Redução ao Valor Recup. Imobilizado	-	-	-115.927	-	-	-115.503	0,37	-0,15
Total	85.580.368	-7.519.656	77.944.785	84.701.678	-6.878.969	77.707.206	0,31	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2021.

Verifica-se que no item “Bens Móveis em Andamento” são classificados todos os gastos com materiais, mão-de-obra direta e indireta e outros gastos incorridos na produção ou aquisição de bens que ainda não estejam em operação. Do total deste item, o Comando da Marinha detém 49,39% dos valores, relativos, principalmente, às aquisições de máquinas e motores de navios e submarinos do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB). No Comando da Aeronáutica, estão registrados 43,89% dos valores, notadamente representados, principalmente, pelo Projeto F-X2 (aquisição de vinte e oito aeronaves de caça multiemprego monoposto e oito aeronaves de caça multiemprego biposto).

b-) Bens Imóveis

Abrange os bens vinculados ao terreno que não podem ser retirados sem destruição ou danos.

Em 31/12/2021, o item “Bens Imóveis” totalizava R\$ 241,7 bilhões e estavam distribuídos conforme detalhado na Tabela 20.

Tabela 20 – Ativo Imobilizado – Bens Imóveis por Órgão

R\$ milhares

		Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	Bens Imóveis	1.052.519	1.000.999	5,15	0,44
	Depreciação Acumulada	-44.036	-42.752	3,00	-0,02
	Valor Contábil Líquido	1.008.483	958.247	5,24	0,42
Comando da Marinha	Bens Imóveis	54.154.261	52.579.119	3,00	22,41
	Depreciação Acumulada	-243.658	-234.433	3,94	-0,10
	Valor Contábil Líquido	53.910.603	52.344.686	2,99	22,31
Comando do Exército	Bens Imóveis	104.374.976	104.261.498	0,11	43,19
	Depreciação Acumulada	-893.785	-872.599	2,43	-0,37
	Amortização Acumulada	-931	-853	9,20	0,00
	Valor Contábil Líquido	103.480.260	103.388.047	0,09	42,82
Comando da Aeronáutica	Bens Imóveis	84.349.560	86.987.822	-3,03	34,90
	Depreciação Acumulada	-1.077.876	-1.042.056	3,44	-0,45
	Valor Contábil Líquido	83.271.684	85.945.766	-3,11	34,46
Total	241.671.029	242.636.746	-0,40	100,00	

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

O Comando do Exército é o órgão que apresenta maior valor registrado no item de “Bens Imóveis” (42,82%) seguido do Comando da Aeronáutica (34,46%).

Os “Bens Imóveis” classificam-se em “Bens de Uso Especial”; “Bens Dominicais”; “Bens de Uso Comum ao Povo” e “Bens Imóveis em Andamento”.

A Tabela 21 demonstra a composição do item “Bens Imóveis”.

Tabela 21 - Ativo Imobilizado – Bens Imóveis: Composição

R\$ milhares

Bens Imóveis	Dez/2021			Dez/ 2020			AH (%)	AV (%)
	Custo Histórico	Depreciação/ Amortização Acumulada	Valor Contábil Líquido	Custo Histórico	Depreciação/ Amortização Acumulada	Valor Contábil Líquido		
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet	230.443.891	-2.192.765	228.251.126	232.785.153	-2.127.054	230.658.099	-1,04	94,45
Bens Imóveis em Andamento	12.308.726	-	12.308.726	11.100.753	-	11.100.753	10,88	5,09
Instalações	516.004	-7.049	508.955	474.234	-6.271	467.963	8,76	0,21
Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUnet	500.353	-59.541	440.812	291.632	-58.515	233.118	89,09	0,18
Demais Bens Imóveis	141.777	-	141.777	156.844	-	156.844	-9,61	0,06
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	20.347	-931	19.415	20.310	-853	19.457	-0,22	0,01
Bens de Uso Comum do Povo	142	-	142	512	-	512	-72,21	0,00
Bens Dominicais Não Registrados no SIAPA	76	-	76	0	-	0	23.222,53	0,00
Total	243.931.316	-2.260.286	241.671.029	244.829.439	-2.192.692	242.636.746	-0,40	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

Os “Bens de Uso Especial”, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração pública, representam 94,63% do total do item. Esses bens são segregados conforme sua forma de registro. Os maiores valores são os dos “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet”, ferramenta de apoio à administração dos imóveis de uso especial da União. Esses bens representam 94,45% do total dos bens imóveis.

A Tabela 22 apresenta o detalhamento dos “Bens de Uso Especial”, considerando os registrados ou não no SPIUnet.

Tabela 22- Bens Imóveis de Uso Especial - Composição

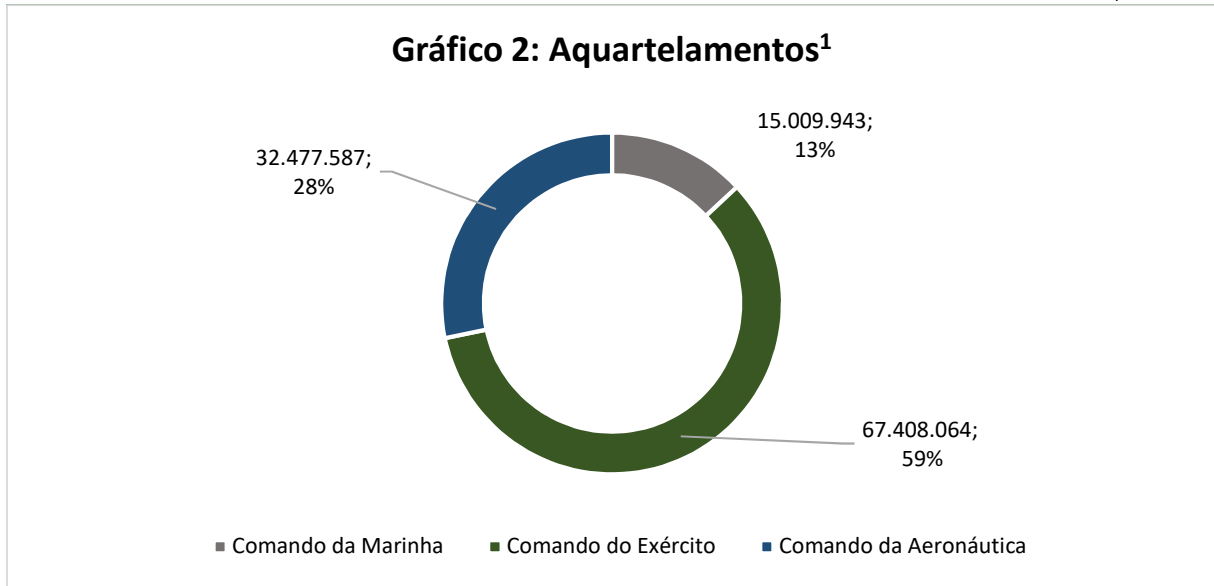
R\$ milhares

Bens Imóveis	Dez/2021			Dez/2020			AH (%)	AV (%)
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido		
Aquartelamentos	115.663.876	-768.281	114.895.595	121.349.155	-744.008	120.605.147	-4,73	50,24
Terrenos, Glebas	40.439.756	-15.017	40.424.739	26.604.537	-15.017	26.589.520	52,03	17,68
Aeroportos, Estações e Aeródromos	24.250.227	-213.152	24.037.075	20.720.043	-208.750	20.511.293	17,19	10,51
Imóveis Residenciais e Comerciais	15.890.188	-943.618	14.946.571	15.904.888	-915.786	14.989.102	-0,28	6,54
Fazendas, Parques e Reservas	13.054.849	-7.717	13.047.132	13.002.003	-7.490	12.994.513	0,40	5,71
Complexos, Fábricas e Usinas	11.888.131	-43.994	11.844.137	26.043.785	-41.903	26.001.882	-54,45	5,18
Demais - Registrados no SPIUnet	9.256.864	-200.987	9.055.878	9.160.741	-194.099	8.966.642	1,00	3,96
Subtotal - Registrados no SPIUnet	230.443.891	-2.192.765	228.251.126	232.785.153	-2.127.054	230.658.099	-1,04	99,81
Aeroportos, Estações e Aeródromos	243.631	0	243.631	-	-	0	-	0,11
Edifícios	233.271	-59.541	173.731	210.353	-58.515	151.838	14,42	0,08
Demais - Não Registrados SPIUnet	23.451	-	23.451	81.279	-	81.279	-71,15	0,01
Subtotal - Não Registrados SPIUnet	500.353	-59.541	440.812	291.632	-58.515	233.118	89,09	0,19
Total	230.944.244	-2.252.306	228.691.938	233.076.785	-2.185.569	230.891.216	-0,95	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

No grupo que compõem os “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet”, o saldo mais relevante é o relativo ao item “Aquartelamentos”, que registra os quartéis, bases e fortes militares, representou, no período, o equivalente a 50,24% do total do item. Conforme demonstrado no Gráfico 1, onde se verifica que o Comando do Exército é o órgão que possui o maior saldo (59%).

R\$ milhares



Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

¹Bens de Uso Especial Registrado no SPIUnet

9 – Intangível

Trata-se de um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, tais como *softwares* e marcas e patentes.

Ao final do exercício de 2021, o Ativo Intangível totalizava R\$ 6,9 bilhões e está distribuído nos Órgãos conforme detalhado na Tabela 23.

Tabela 23 – Intangível por Órgão

		R\$ milhares			
		Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	Intangível	568.140	567.667	0,08	8,29
	Amortização Acumulada	-131.825	-92.071	43,18	-1,92
	Valor Contábil Líquido	436.315	475.596	-8,26	6,36
Comando da Marinha	Intangível	6.004.549	3.609.687	66,35	87,58
	Amortização Acumulada	-2.333	-852	173,92	-0,03
	Valor Contábil Líquido	6.002.216	3.608.835	66,32	87,55
Comando do Exército	Intangível	137.641	132.468	3,91	2,01
	Amortização Acumulada	-42.923	-35.877	19,64	-0,63
	Valor Contábil Líquido	94.718	96.591	-1,94	1,38
Comando da Aeronáutica	Intangível	326.460	236.058	38,30	4,76
	Amortização Acumulada	-3.798	-1.071	254,73	-0,06
	Valor Contábil Líquido	322.662	234.987	37,31	4,71
Total		6.855.911	4.416.010	55,25	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

Verifica-se que o maior saldo está registrado no Comando da Marinha (87,55%), que também apresentou a maior variação (66,32%).

A composição por itens patrimoniais é apresentada na Tabela 24.

Tabela 24 - Intangível – Composição

	R\$ milhares			
	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Indefinida	5.952.102	64.489	9.129,57	86,82
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	552.090	4.074.460	-86,45	8,05
Software com Vida Útil Indefinida	399.689	282.811	41,33	5,83
Software com Vida Útil Definida	132.471	122.370	8,25	1,93
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	440	1.750	-74,86	0,01
Subtotal	7.036.790	4.545.880	54,79	102,64
Amortização Acumulada – Marcas, Direitos e Patentes Vida Útil Definida	-129.765	-90.164	43,92	-1,89
Amortização Acumulada – Software com Vida Útil Definida	-51.115	-39.706	28,73	-0,75
Valor Contábil Líquido	6.855.911	4.416.010	55,25	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

No Intangível, destaca-se o título “Marcas, Direitos, Patentes – Vida Útil Indefinida”, que representa cerca de 86,82% do total do Grupo, ou seja, aproximadamente R\$ 5,95 bilhões, montante quase integralmente registrado no Comando da Marinha (99,99%). Observou-se que a variação de 9.129,57% deste item decorre da reclassificação do item “Marcas, Direitos, Patentes – Vida Útil Definida”, bem como, do registro da incorporação da modernização do Sistema de Acompanhamento do Plano Diretor – SISPLAD 2, pertencente ao Comando da Marinha, cuja finalidade é apoiar o planejamento, a execução, a avaliação e o acompanhamento das atividades inerentes ao orçamento daquele Comando Singular.

10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações e benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, tais como aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, com vencimento no curto prazo.

A Tabela 25 apresenta o detalhamento do subgrupo “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar” por Órgão.

Tabela 25 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar por Órgão

	R\$ milhares			
Órgão	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
MINISTÉRIO DA DEFESA	15.748	15.195	3,64	0,32
COMANDO DA MARINHA	1.381.572	1.470.971	-6,08	27,75
COMANDO DO EXÉRCITO	2.389.640	2.413.080	-0,97	47,99
COMANDO DA AERONÁUTICA	1.192.367	1.201.220	-0,74	23,95
Total	4.979.326	5.100.467	-2,38	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

O saldo mais significativo encontra-se no Comando do Exército (47,99%). A composição do item encontra-se detalhada na Tabela 26.

Tabela 26 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar CP

	R\$ milhares			
	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
Pessoal a Pagar	4.962.742	5.083.215	-2,37	99,67
Benefícios Previdenciários a Pagar	6.808	6.631	2,68	0,14
Benefícios Assistenciais a Pagar	6.092	7.015	-13,15	0,12
Encargos Sociais a Pagar	3.144	3.148	-0,13	0,06
Encargos Sociais a Pagar – Intra OFSS	539	457	17,90	0,01
Total	4.979.326	5.100.467	-2,38	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

O item “Pessoal a Pagar” concentra quase a totalidade do saldo do grupo (99,67%) e teve variação negativa de 2,37% no período. Registre-se que tais obrigações são referentes, na parte mais significativa, à apropriação da Folha de Pagamento do mês de dezembro de 2021 e foram pagas em janeiro de 2022.

11 – Empréstimos e Financiamentos – Curto e Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor.

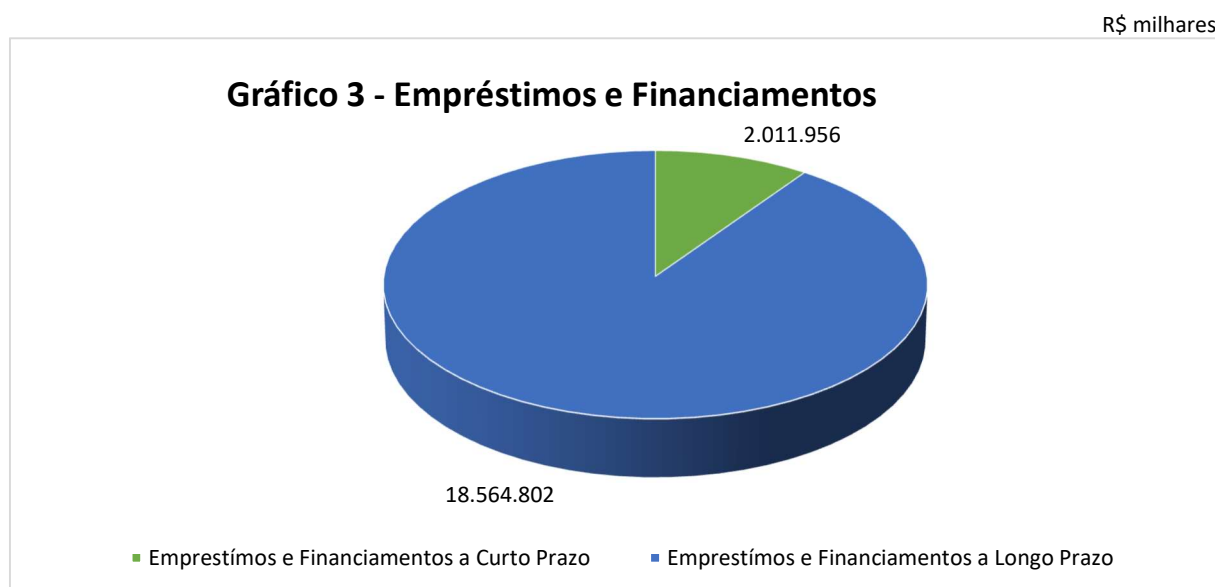
Ao final do exercício de 2021, o subgrupo “Empréstimos e Financiamentos” totalizava R\$ 20,6 bilhões e está distribuído nos Órgãos conforme detalhado na Tabela 27.

Tabela 27 – Empréstimos e Financiamentos Curto e Longo Prazo R\$ milhares

Órgão	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
COMANDO DA MARINHA	6.129.549	6.849.815	-10,52	29,79
COMANDO DA AERONÁUTICA	14.447.208	13.803.886	4,66	70,21
Total	20.576.757	20.653.700	-0,37	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

Quanto à exigibilidade, o montante de R\$ 18,6 bilhões, ou 90,22% do total, encontrava-se no longo prazo em 31/12/2021, conforme detalhado a seguir no Gráfico 3.



Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

O item com os valores mais expressivo é o de “Financiamentos de Longo Prazo - Externo” que apresentava saldo de R\$ 18,3 bilhões, representado, principalmente, pelo financiamento do Projeto F-X2 (aquisição de vinte e oito aeronaves de caça multiemprego monoposto e oito aeronaves de caça multiemprego biposto), no Comando da Aeronáutica e aos financiamentos no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB).

12 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar.

A Tabela 28 apresenta a rubrica “Fornecedores e Contas a Pagar” detalhada por Órgão.

Tabela 28 - Fornecedores e Contas a Pagar por Órgão R\$ milhares

Órgão	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
MINISTÉRIO DA DEFESA	7.087	707	902,09	0,93
COMANDO DA MARINHA	267.770	425.894	-37,13	35,09
COMANDO DO EXÉRCITO	417.274	190.195	119,39	54,68
COMANDO DA AERONÁUTICA	70.956	30.150	135,35	9,30
Total	763.088	646.947	17,95	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

Em 31/12/2021, o Comando do Exército apresentou um saldo de R\$ 417,27 milhões, representando 54,68% do total do Grupo.

Na Tabela 29, as obrigações com Fornecedores são segregadas entre Fornecedores Nacionais e Estrangeiros. O saldo de “Fornecedores e Contas a Pagar” encontra-se totalmente alocado no curto prazo, sendo que o item “Fornecedores Nacionais a Curto Prazo” concentra 72,63% do item e apresentou variação de 65,85%, se comparado ao mesmo período de 2020.

Tabela 29 - Fornecedores e Contas a Pagar – Composição R\$ milhares

	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	554.225	334.171	65,85	72,63
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo	208.863	180.509	15,71	27,37
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Longo Prazo	0	132.259	-100,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Longo Prazo	0	7	-100,00	0,00
Total	763.088	646.947	17,95	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

Na Tabela 30, apresenta-se o subgrupo “Fornecedores e Contas a Pagar” detalhado por fornecedores e órgãos contratantes.

Tabela 30 - Fornecedores e Contas a Pagar - Fornecedor e Contratante R\$ milhares

FORNECEDOR	CONTRATANTE	Dez/2021	AV (%)
MINISTRY OF DEFENCE, DEFENCE EQUIPMENT SALES AUTHORITY	COMANDO DA MARINHA	201.665	26,43
ON-HIGHWAY BRASIL LTDA.	COMANDO DO EXÉRCITO	25.350	3,32
HELICOPTEROS DO BRASIL S/A	COMANDO DO EXÉRCITO	24.532	3,21
ARES AEROSPACIAL E DEFESA S.A.	COMANDO DO EXÉRCITO	21.682	2,84
COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	COMANDO DO EXÉRCITO	20.147	2,64
ISM GOMES DE MATTOS EIRELI	COMANDO DO EXÉRCITO	18.297	2,40
EMS S/A	COMANDO DO EXÉRCITO	16.921	2,22
SAFRAN HELICOPTER ENGINES INDUSTRIA E COMERCIO DO BRASI	COMANDO DA AERONÁUTICA	13.400	1,76
HELICOPTEROS DO BRASIL S/A	COMANDO DA AERONÁUTICA	12.994	1,70
VIBRA ENERGIA S.A	COMANDO DA AERONÁUTICA	11.258	1,48
VIBRA ENERGIA S.A	COMANDO DA MARINHA	7.923	1,04
IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA	COMANDO DO EXÉRCITO	7.572	0,99
Demais	--	381.347	49,97
TOTAL		763.088	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

Os dados da tabela acima demonstram que os maiores fornecedores, *Ministry of Defence*, *Defence Equipment Sales Authority*, representam 26,43% do total do subgrupo, e refere-se ao contrato firmado pelo Comando da Marinha, destinado à obtenção do Navio PHM Atlântico.

13 - Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrência.

Na Tabela 31 é apresentada a composição das provisões segregadas em curto e longo prazos.

Tabela 31 – Provisões

	R\$ milhares		
	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)
Provisões a curto prazo	22.574	17.561	-28,54
Provisões a longo prazo	335.220.429	298.052.591	-12,47
Total	335.243.003	298.070.153	-12,47

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

a-) Provisões a Curto Prazo

O Comando do Exército apresentou quase a totalidade dos registros no item de “Provisões de Curto Prazo” em seus órgãos subordinados, conforme apresentado na Tabela 32.

Tabela 32 - Provisões de Curto Prazo - Por Órgão

	R\$ milhares	
Órgão	Dez/2021	AV (%)
MINISTERIO DA DEFESA	6	0,03
COMANDO DO EXÉRCITO	22.567	99,97
Total	22.574	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

No Comando do Exército, as “Provisões de Curto Prazo” foram registradas pela Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL, responsável por 99,97% do total.

b-) Provisões de Longo Prazo

A Tabela 33 apresenta o grupo “Provisões de Longo Prazo” segregado por Órgãos.

Tabela 33 - Provisões de Longo Prazo - Por Órgão

	R\$ milhares	
Órgão	Dez/2021	AV (%)
COMANDO DA MARINHA	87.027.310	25,96
COMANDO DO EXÉRCITO	174.872.845	52,17
COMANDO DA AERONÁUTICA	73.320.275	21,87
Total	335.220.429	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

Verifica-se que o Comando do Exército detém 52,17% do total registrado no subgrupo.

A Tabela 34 demonstra que quase a totalidade do saldo apresentado na rubrica de “Provisões a Longo Prazo” refere-se ao reconhecimento das obrigações futuras com pensões militares.

Tabela 34- Provisões de Longo Prazo - Composição

	R\$ milhares		
	Dez/2021	Dez/2020	AV (%)
Provisões de Pensões Militares	335.219.018	298.051.645	99,9996
Provisões para Indenizações Trabalhistas	1.346	947	0,0004
Provisões para Indenizações Cíveis	66	-	0,0000
Total	335.220.429	298.052.591	100,00000

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

As provisões relacionadas a indenizações trabalhistas e a indenizações cíveis foram registradas pela Amazul S.A, empresa vinculada ao Comando da Marinha.

c) Provisões de Pensões Militares Concedidas – LP

A pensão militar tem natureza compensatória e faz parte do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas. Sua regra de elegibilidade é materializada pelo evento de morte do militar, combinada com a existência de beneficiário do militar habilitado ao recebimento do referido direito.

Seu plano de benefício é regido pela seguinte legislação: Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960; Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001; e Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019.

O financiamento da pensão militar dá-se por meio de sistema de fluxo de caixa mensal, em que existe somente a contribuição do participante, sem contribuição patronal e sem qualquer receita de juros decorrente de capitalização. No entanto, conforme o § 2º-A do art. 71 da Lei nº 6.880/80, cabe ao Tesouro Nacional, arcar com a parcela de despesas que excede a capacidade de financiamento das contribuições dos militares e de seus pensionistas.

Em 2020, a provisão de pensões de militares das Forças Armadas foi de R\$ 298.051.644.956,65. Para o ano de 2021, a estimativa para é de R\$ 335.219.017.884,95, conforme cálculos atuariais promovidos pela Diretoria de Finanças da Marinha.

As Tabelas a seguir descrevem, para o conjunto das Forças Armadas e cada Comando Singular, as causas da variação de valor de 2020 para 2021:

1. Forças Armadas:

Saldo de Abertura - Provisão em 31/12/2020	R\$ 298.051.644.956,65
Receitas e Despesas de Juros	R\$ 0,00
Interação entre a alteração do Banco de Dados de maio de 2020 para maio de 2021 e a mudança das Premissas Populacionais (subitens 9.1, 9.2 e 9.3)	- R\$ 1.328.586.182,66
Alteração da Taxa de Desconto de 5,47% ao ano para 4,88% ao ano (subitem 9.4)	R\$ 38.495.959.110,95
Saldo de fechamento - Provisão em 31/12/2021	R\$ 335.219.017.884,95

2. Marinha do Brasil:

Saldo de Abertura - Provisão em 31/12/2020	R\$ 87.043.157.248,03
Receitas e Despesas de Juros	R\$ 0,00
Interação entre a alteração do Banco de Dados de maio de 2020 para maio de 2021 e a mudança das Premissas Populacionais (subitens 9.1, 9.2 e 9.3)	-R\$ 10.565.468.703,76
Alteração da Taxa de Desconto de 5,47% ao ano para 4,88% ao ano (subitem 9.4)	Re 10.548.210.029,00
Saldo de fechamento - Provisão em 31/12/2021	R\$ 87.025.898.573,28

3. Exército Brasileiro:

Saldo de Abertura - Provisão em 31/12/2020	R\$ 146.682.669.370,33
Receitas e Despesas de Juros	R\$ 0,00
Interação entre a alteração do Banco de Dados de maio de 2020 para maio de 2021 e a mudança das Premissas Populacionais (subitens 9.1, 9.2 e 9.3)	R\$ 9.318.923.928,39
Alteração da Taxa de Desconto de 5,47% ao ano para 4,88% ao ano (subitem 9.4)	Re 18.871.251.377,68
Saldo de fechamento - Provisão em 31/12/2021	R\$ 174.872.844.676,40

4. Força Aérea Brasileira:

Saldo de Abertura - Provisão em 31/12/2020	R\$ 64.325.818.338,29
Receitas e Despesas de Juros	R\$ 0,00
Interação entre a alteração do Banco de Dados de maio de 2020 para maio de 2021 e a mudança das Premissas Populacionais (subitens 9.1, 9.2 e 9.3)	-R\$ 82.041.407,30
Alteração da Taxa de Desconto de 5,47% ao ano para 4,88% ao ano (subitem 9.4)	R\$ 9.076.497.704,27
Saldo de fechamento - Provisão em 31/12/2021	R\$ 73.320.274.635,27

Considerando dados do Banco de Informações Estratégicas e Gerenciais do Ministério da Defesa - BIEG/MAI/2021, o cálculo da provisão de pensões de militares descrito nas tabelas anteriores utilizou a metodologia prevista na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 15), em conformidade com a recomendação contida no item 1.7.2 do Acórdão nº 1.463/2020/TCU-Plenário. Assim, foi calculada por meio da técnica do Valor Presente Atuarial, utilizando-se o método de financiamento de Crédito Unitário Projetado.

Para a seleção das premissas populacionais (tábuas de mortalidade, entrada em invalidez, composição familiar e rotatividade), em conformidade com a recomendação 9.2.1 do Acórdão nº 1.461/2021/TCU-Plenário, foram observadas as melhores práticas atuariais, por meio de testes estatísticos aplicados aos dados da população em análise, os quais foram fornecidos pelo Ministério da Defesa.

Dessa forma, as seguintes premissas foram consideradas para o cálculo:

I - Tábuas biométricas

a) os testes estatísticos para seleção das tábuas biométricas consideraram dados da população militar de ativos, inativos e pensionistas de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2020. O teste para seleção das tábuas biométricas foi o *Kolmogorov-Smirnov* e dentre as tábuas selecionadas, foram escolhidas para o cálculo a que gerou o menor Erro Quadrático Médio.

b) a Tabela a seguir descreve as tábuas utilizadas em 2020 e 2021:

TÁBUA BIOMÉTRICA	TÁBUA 2020	TÁBUA 2021
Tábuas de mortalidade de ativos, inativos e pensionistas do sexo masculino	IBGE 2019 Extrap MPS Homens	RP 2000 Mate -18%
Tábuas de mortalidade de ativos, inativos e pensionistas do sexo feminino	IBGE 2019 Extrap MPS Mulheres	AT 71 -52%
Tábuas de mortalidade de inválidos do sexo masculino	IBGE 2019 Extrap MPS Homens	Rentiers Francais -9%
Tábuas de mortalidade de inválidos do sexo feminino	IBGE 2019 Extrap MPS Mulheres	Rentiers Francais -9%
Tábua de entrada em invalidez (ambos OS sexos)	Álvaro Vindas	RGPS 9902 MM -42%

II - Composição Familiar

a) benefícios de Pensão a Conceder: foi construída a Tábua de Composição Familiar dos militares ativos e inativos vivos, a partir de dados populacionais do BIEG/MAI/2021. Assim, foi estimada, para cada idade do militar, a probabilidade de deixar pensão por morte, vitalícia ou temporária; e

b) benefícios de Pensões Concedidas: dentre os beneficiários da pensão do instituidor constantes no BIEG/MAI/2021, foi escolhido aquele que gera pensão com maior duração de tempo.

III - Taxa de rotatividade

Diferente de 2020, em que não foi levada em conta a hipótese de rotatividade, em 2021 foi considerada a probabilidade de desligamento para cada idade dos militares da ativa, conforme Tabela de Rotatividade construída pelo CASNAV, a partir de dados dos militares das Forças Armadas.

IV - Taxa de juros

Em 2020, foi utilizada a taxa de 5,47%. Em 2021, foi encontrado o valor de 17,62 para a duração do passivo das pensões de militares, implicando em uma taxa de juros de 4,88%, conforme a Portaria nº 6.132, de 25 de maio de 2021, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

V - Taxa de inflação (sem alteração em relação a 2020)

Não foram considerados os efeitos de inflação, haja vista que todas as variáveis financeiras seriam influenciadas por essa variável na mesma magnitude e período.

VI - Crescimento da remuneração e proventos (sem alteração em relação a 2020)

a) remuneração de militares ativos: para o crescimento da remuneração de militares ativos foram considerados os efeitos da Lei nº 13.954/2019, os quais elevam os valores remuneratórios individuais anuais até o ano de 2024. Adicionalmente aos efeitos da referida Lei, em vez de ser utilizada uma taxa única de crescimento salarial por progressão funcional, foi considerada a evolução salarial individual decorrente das promoções previstas na carreira de cada militar ativo de cada Força; e

b) proventos de militares inativos e pensões de militares: Para o crescimento da remuneração de militares inativos e pensionistas de militares foram considerados os efeitos da Lei nº 13.954/2019, os quais elevam os proventos individuais anuais até o ano de 2024.

VII - Reposição de militares (sem alteração em relação a 2020)

Não houve reposição de militares para os resultados apresentados, em razão de ter sido considerada a população militar de massa fechada.

VIII - Alíquotas e Base de Contribuição (sem alteração em relação a 2020)

As alíquotas de contribuição de ativos, inativos e de pensionistas utilizadas foram as constantes no art. 3º-A da Lei nº 3.765/1960, com alterações promovidas pela Lei nº 13.954/2019.

VX - Idade de entrada nas Forças Armadas (sem alteração em relação a 2020)

Foi considerada a idade resultante da diferença entre a data de ingresso na Força e a data de nascimento do militar constantes no banco de dados.

X - Idade de transferência para a inatividade remunerada (sem alteração em relação a 2020)

a) transferência por cumprir a regra de elegibilidade de 35 anos de tempo de serviço militar: a idade do militar ao completar 35 anos de serviço militar; e

b) transferência por invalidez: a probabilidade de o indivíduo militar tornar-se inválido antes de atingir o requisito de elegibilidade para transferência para a inatividade militar descrita na alínea anterior (tempo mínimo de serviço militar de 35 anos).

XI - Compensação Financeira entre as contribuições para a pensão militar e os regimes previdenciários (sem alteração em relação a 2020)

Não foi considerada em razão da falta de regulamentação do § 9º-A do art. 201 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988.

XII - Horizonte Temporal avaliado (sem alteração em relação a 2020)

O horizonte temporal do atual cálculo abrange todo o período de vida dos atuais recebedores e dos futuros possíveis recebedores de pensões de militares, que no caso pode ser um dependente que ainda não é recebedor, uma vez que os cálculos projetam as probabilidades de constituição de futuros recebedores em função da idade do militar.

d) Segregação das Provisões em Curto Prazo e Longo Prazo

Inicialmente, cumpre registrar que, conceitualmente, Provisão é um passivo de prazo ou valores incertos, cuja apuração visa atender ao Princípio da Competência, que estabelece que os efeitos das transações e outros eventos devem ser reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, bem como ao Princípio da Oportunidade, que exige a apresentação de informações íntegras e tempestivas.

Na legislação que regulamenta as finanças públicas nacionais, encontram-se, no artigo 100, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, as seguintes determinações:

Art. 100 - As alterações da situação líquida patrimonial, que abrangem os resultados da execução orçamentária, bem como as variações independentes dessa execução e as superveniências e insubsistências ativas e passivas, constituirão elementos da conta patrimonial.

Em complemento a isso, o inciso II do artigo 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determina que na escrituração das contas públicas, a despesa e a assunção de compromissos serão registradas segundo o regime de competência, nos seguintes termos.

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

(...)

II - a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;

Além disso, vale lembrar que por intermédio do Acórdão nº 1463/2020 – TCU – Plenário, o Tribunal de Contas da União, ao apreciar a Prestação de Contas do Presidente da República referente ao exercício de 2019, proferiu a seguinte recomendação:

1.7. recomendar ao Ministério da Defesa e à Secretaria do Tesouro Nacional, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, a adoção de medidas para:

(...)

1.7.2. mensurar o passivo relativo às pensões militares considerando benefícios a conceder e horizonte temporal compatível com o ano estimado de extinção do fluxo de receitas e despesas, em consonância com o disposto na página 251 do MCASP (8ª edição) e nas orientações contidas nos itens 59 a 100 da NBC TSP 15, no que couber, assim como a compensação financeira relacionada aos militares temporários, tendo em vista o disposto no § 9º-A do art. 201 da Constituição Federal e o fato de, em regra, eles se aposentarem em outro regime.

Ocorre que, das análises promovidas nas peças em referência, observou-se que os cálculos atuariais apresentados não estavam segregados em períodos que pudesse identificar o Passivo Circulante - curto prazo (12 meses) e o Passivo Não Circulante - longo prazo (a partir de 12 meses), em consonância com as disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, bem como, na Macrofunção 020336 do Manual Siafi.

Face ao exposto, por intermédio da Nota Técnica Nº 2/DICONT/DEORF/SEORI/SG/MD/2022, de 13 de janeiro de 2022 (SEI 4545242), inserida no Processo nº 60000.004808/2021-21, foi recomendado à Divisão de Política de Remuneração, do Departamento de Pessoal – DEPES, da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto – SEPESD, da Secretaria Geral do Ministério da Defesa, que sejam promovidas gestões junto às áreas responsáveis pela apuração e cálculos atuariais das provisões das pensões militares, para que promovam esforços no sentido de superar eventuais dificuldades técnicas na segregação das obrigações por exercício financeiro, com vistas à identificação dos valores exigíveis no exercício subsequente (Curto Prazo), a serem registrados no Passivo Circulante do exercício de 2022.

14 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Abrange as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

A Tabela 35 apresenta o detalhamento do subgrupo “Demais Obrigações a Curto Prazo” por Órgão.

Tabela 35 – Demais Obrigações a Curto Prazo por Órgão

Órgão	R\$ milhares			
	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
MINISTÉRIO DA DEFESA	192.791	342.399	-43,69	2,87
COMANDO DA MARINHA	643.343	590.892	8,88	9,57
COMANDO DO EXÉRCITO	4.874.709	5.850.706	-16,68	72,49
COMANDO DA AERONÁUTICA	1.013.707	859.883	17,89	15,07
Total	6.724.550	7.643.880	-12,03	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

O saldo total do subgrupo apresentou variação negativa de 12,03% em relação ao período anterior. A Tabela 36 detalha as “Demais Obrigações a Curto Prazo” por grupos.

Tabela 36 - Demais Obrigações a Curto Prazo - por Grupos

	R\$ milhares	
	Dez/2021	Dez/2020
Outras Obrigações a Curto Prazo	5.610.588	6.783.620
Valores Restituíveis	1.113.794	852.676
Adiantamento de Clientes	168	7.584
Total	6.724.550	7.643.880

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

O item “Outras Obrigações a Curto Prazo” apresentava o saldo mais relevante (5,6 bilhões) em 31/12/2021, sendo que, desse montante, 98,97% estava registrado em “Outras Obrigações a Curto Prazo – Intra OFSS”.

A Tabela 37 apresenta a sua segregação por grupos de contas.

Tabela 37 - Outras Obrigações a CP Intra OFSS - por Grupos

Órgão	R\$ milhares	
	Dez/2021	Dez/2020
Transferências Financeiras a Comprovar - TED	5.552.712	6.673.394
Indenizações, Restituições e Compensações -Intra	0	65
Total	5.552.712	6.673.460

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

O item “Transferências Financeiras a Comprovar – TED”, que representa os valores decorrentes de transferências financeiras recebidas por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED, pendentes de comprovação, apresenta o maior saldo no item “Outras Obrigações a Curto Prazo Intra OFSS”. A Tabela 38 apresenta a sua segregação por Órgão.

Tabela 38 - Transferências Financeiras a Comprovar - por Órgão

Órgão	R\$ milhares			
	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
MINISTÉRIO DA DEFESA	161.753	273.529	-40,86	2,91
COMANDO DA MARINHA	396.987	435.115	-8,76	7,15
COMANDO DO EXÉRCITO	4.340.487	5.347.980	-18,84	78,17
COMANDO DA AERONÁUTICA	653.485	616.770	5,95	11,77
Total	5.552.712	6.673.394	-16,79	100,00

Fonte: Siafi, em 18/11/2022.

15 - Obrigações Contratuais a Executar

A Tabela 39 apresenta o detalhamento por órgão das “Obrigações Contratuais a Executar” em 31/12/2021, relacionado a parcelas de contratos que serão executadas em períodos futuros. Verifica-se que o Comando da Aeronáutica detém 60,71% do valor do subgrupo e possuía um saldo consolidado de R\$ 52,6 bilhões nesse item.

Tabela 39 - Obrigações Contratuais - Por Órgão

R\$ milhares

Órgão	Dez/202	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
MINISTÉRIO DA DEFESA	437.273	369.903	18,21	0,51
COMANDO DA MARINHA	26.201.715	26.076.317	0,48	30,26
COMANDO DO EXÉRCITO	7.383.954	7.736.853	-4,56	8,53
COMANDO DA AERONÁUTICA	52.565.109	51.047.966	2,97	60,71
Total	86.588.052	85.231.040	1,59	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

A seguir, apresenta-se a Tabela 40, que segrega as “Obrigações Contratuais a Executar” de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 40 - Obrigações Contratuais - Composição

R\$ milhares

Obrigações Contratuais	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
Fornecimento de Bens	58.560.785	58.035.651	0,90	67,63
Serviço	27.765.758	26.901.669	3,21	32,07
Empréstimos e Financiamentos	233.677	241.984	-3,43	0,27
Demais	15.529	37.350	-58,42	0,02
Aluguéis	8.712	9.931	-12,28	0,01
Seguros	3.590	4.454	-19,40	0,00
Total	86.588.052	85.231.040	1,59	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

As “Obrigações Contratuais a Executar” relacionadas com o fornecimento de bens e de serviços representam 99,7% do total das obrigações assumidas pelos Órgãos componentes do Ministério da Defesa até 31/12/2021.

A Tabela 41 apresenta a seguir a rubrica “Obrigações Contratuais a Executar” detalhada por contratados e Órgãos contratantes.

Tabela 41 - Obrigações Contratuais - Por Contratado

R\$ milhares

CONTRATADOS	CONTRATANTE	Dez/2021	AV (%)
SAAB AB - PROJETO GRIPEN	COMANDO DA AERONÁUTICA	14.381.394	16,61
DCN CHERBOURG	COMANDO DA MARINHA	13.189.850	15,23
EMBRAER S.A.	COMANDO DA AERONÁUTICA	9.585.203	11,07
EMBRAER	COMANDO DA AERONÁUTICA	7.749.808	8,95
EUROCOPTER	COMANDO DA AERONÁUTICA	7.498.765	8,66
CNO S.A	COMANDO DA MARINHA	7.280.290	8,41
CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA.	COMANDO DO EXÉRCITO	4.328.364	5,00
ITAGUAI CONSTRUÇÕES NAVAIS S/A	COMANDO DA MARINHA	3.101.798	3,58
VIBRA ENERGIA S.A	COMANDO DA AERONÁUTICA	1.517.572	1,75
HELICOPTEROS DO BRASIL S/A	COMANDO DA AERONÁUTICA	1.251.058	1,44
MATRA BAE DYNAMICS FRANCE (MBDA)	COMANDO DA AERONÁUTICA	1.056.042	1,22
Demais	-	15.647.907	18,07
TOTAL		86.588.052	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

Os dados da tabela acima demonstram que os dez maiores contratados representam 80,71% do total do Item.

No âmbito do Comando da Marinha, os contratos com as empresas DCN Cherbourg e a Construtora Norberto Odebrecht S.A. representam, aproximadamente, 78% do total a ser pago em obrigações contratuais, sendo essas contratadas vinculadas ao PROSUB. A seguir são apresentados os resumos das principais transações:

a) DCN Cherbourg: Contratos firmados com o objetivo de contribuir para dotar a Marinha do Brasil de novos submarinos, e permitir a manutenção e desenvolvimento da capacidade de construção desses meios navais, no País; e

b) Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNO): Contrato destinado à dotação de infraestrutura para construção, manutenção e apoio de submarinos convencionais e nucleares, por meio de implantação de Estaleiro e Base Naval.

Em relação aos valores registrados no Comando da Aeronáutica, destacam-se contratos firmados com a SAAB AB - PROJETO GRIPEN, EMBRAER e EUROCOPTER, cujos objetos guardam relação com a aquisição de produtos/serviços relacionados à Defesa Nacional.

16 – Receita Orçamentária

As receitas previstas para o Ministério da Defesa na Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, Lei Orçamentária Anual de 2021, foram da ordem de R\$ 68,5 bilhões.

Conforme apresentado na Tabela 42, o valor realizado até 31/12/2021 foi de R\$ 17,1 bilhões, sendo R\$ 14,9 bilhões em Receitas Correntes (86,99% do total) e R\$ 2,2 bilhão em Receitas de Capital (13,01 % do total).

Tabela 42 - Execução da Receita Orçamentária R\$ milhares

RECEITAS	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Realização (%)	AV (%)
RECEITAS CORRENTES	15.423.329	14.858.312	96,34	86,99
Receitas de Contribuições	7.744.208	8.590.226	110,92	50,29
Receitas de Serviços	5.281.896	4.186.062	79,25	24,51
Receita Patrimonial	2.191.193	1.811.492	82,67	10,61
Receita Industrial	90.797	66.063	72,76	0,39
Receitas Tributárias	64.076	94.978	148,23	0,56
Outras Receitas Correntes	47.198	90.139	190,98	0,53
Transferências Correntes	3.960	19.351	488,66	0,11
Receita Patrimonial - Intra	-	0	-	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	53.095.326	2.221.945	4,18	13,01
Operações de Crédito	52.861.951	1.985.951	3,76	11,63
Amortização de Empréstimos	171.160	181.334	105,94	1,06
Transferências de Capital	40.240	-	0,00	0,00
Alienação de Bens	21.975	54.659	248,73	0,32
Total	68.518.655	17.080.257	24,93	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

17 – Receita de Contribuições

Comparando-se o valor arrecadado até dezembro de 2021 com o mesmo período do ano anterior, houve um acréscimo de 26,90% na arrecadação deste grupo, sendo que existe uma grande concentração (96,12%) no Ministério da Defesa, onde foi observado um excesso de arrecadação da ordem de 10,92%, cuja distribuição pode ser demonstrada conforme a Tabela 43.

Tabela 43 - Receita de Contribuições R\$ milhares

Órgãos	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
MINISTÉRIO DA DEFESA	8.257.228	6.553.234	26,00	96,12
COMANDO DA MARINHA	332.998	216.258	53,98	3,88
Total	8.590.226	6.769.491	26,90	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

O item Receita de Contribuições referem-se às “Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas”, que registram as receitas originadas da Contribuição paga por militares das Forças Armadas para o custeio das pensões militares, que apresentou um aumento de R\$ 1,8 bilhões, em decorrência da Reforma da Previdência aprovada pelo Congresso Nacional em 2019.

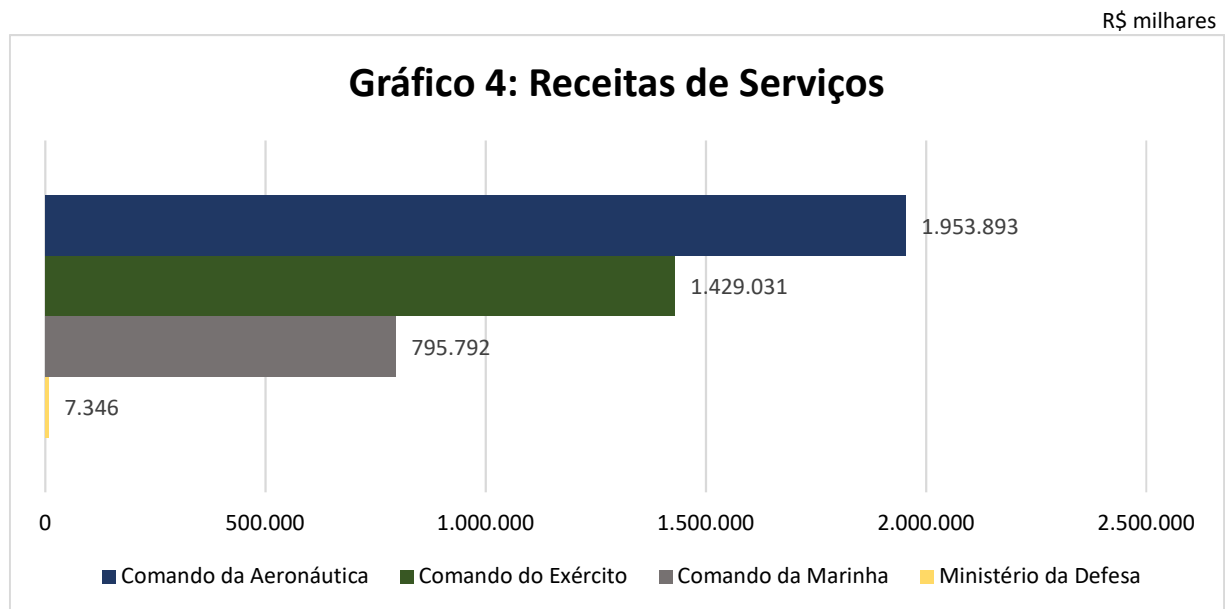
18 - Receitas de Serviços

Com relação às Receitas de Serviços, percebe-se que a maior concentração se encontra no Comando da Aeronáutica, correspondendo a 46,68% do total arrecadado, conforme a Tabela 44 e o Gráfico 4.

Tabela 44 - Execução da Receitas de Serviços por Órgão

Órgãos	Receitas Realizadas	AV (%)
MINISTÉRIO DA DEFESA	7.346	0,18
COMANDO DA MARINHA	795.792	19,01
COMANDO DO EXÉRCITO	1.429.031	34,14
COMANDO DA AERONÁUTICA	1.953.893	46,68
Total	4.186.062	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.



Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

19 – Receita Patrimonial

A Tabela 45 demonstra que a arrecadação da Receita Patrimonial teve um acréscimo de 6,29% quando confrontados os períodos de dezembro de 2021 e dezembro de 2020. A maior realização dessa receita ocorreu no Comando da Aeronáutica (56,78%).

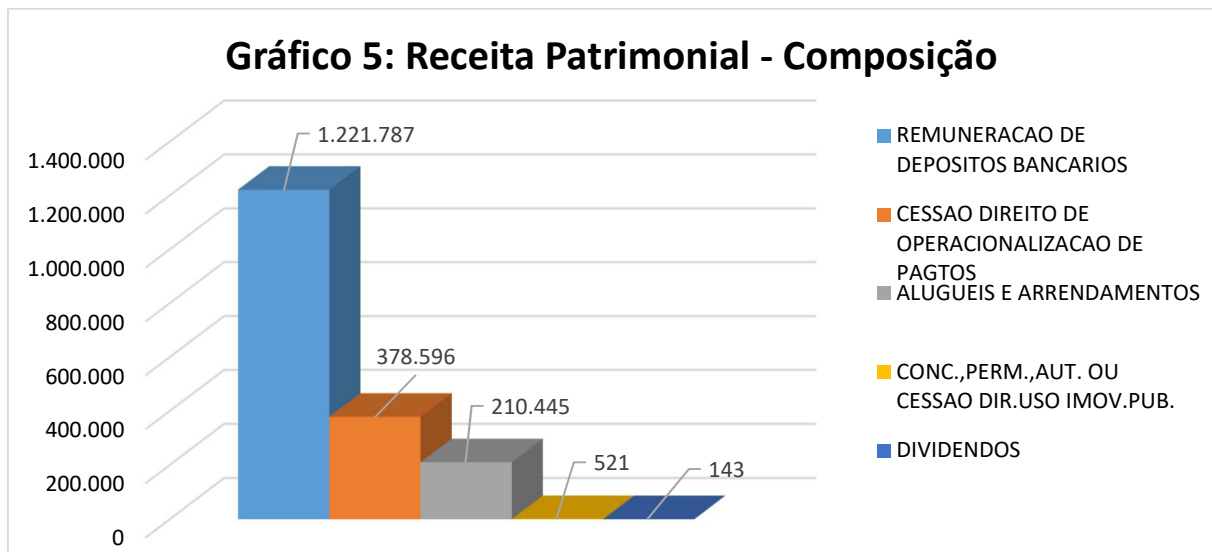
Tabela 45 - Receitas Patrimoniais

Órgãos	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
MINISTÉRIO DA DEFESA	4.926	4.131	19,24	0,27
COMANDO DA MARINHA	357.413	334.986	6,69	19,73
COMANDO DO EXÉRCITO	420.561	358.508	17,31	23,22
COMANDO DA AERONÁUTICA	1.028.593	1.006.712	2,17	56,78
Total	1.811.493	1.704.337	6,29	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

A seguir, o Gráfico 5 apresenta a composição da Receita Patrimonial.

R\$ milhares



Fonte: Siafi, em 24/1/2022.

20 – Receita de Operações de Crédito

Quanto às Receitas de Operações de Crédito, nota-se que a maior concentração está no Comando da Aeronáutica, correspondendo a 75,59% do total arrecadado, conforme Tabela 46.

Tabela 46 - Receitas de Operações de Créditos por Órgão

Órgãos	R\$ milhares	
	Dez/2020	AV (%)
COMANDO DA MARINHA	484.679	24,41
COMANDO DO EXÉRCITO	1	0,00
COMANDO DA AERONÁUTICA	1.501.270	75,59
Total	1.985.951	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

A totalidade das Receitas de Operações de Crédito refere-se a “Operações de Créditos Contratuais – Mercado Externo”.

21 – Receita de Alienação de Bens

A Tabela 47 apresenta a arrecadação da Receita de Alienação de Bens por Órgão. Verifica-se que a realização dessa natureza de receita ocorreu predominantemente no Comando do Exército (74,97%) e no Comando da Marinha (16%).

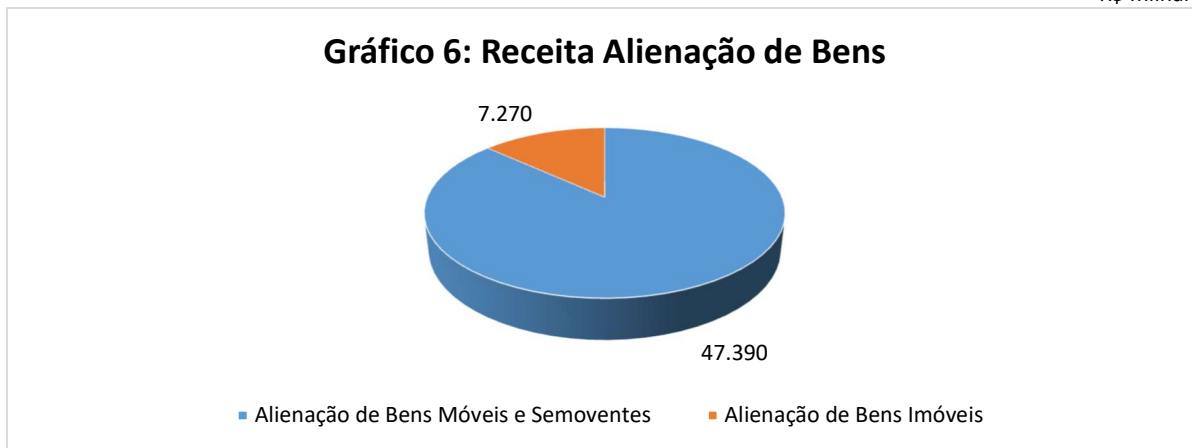
Tabela 47 - Receita de Alienação de Bens

ÓRGÃOS	R\$ milhares	
	Dez/2021	AV (%)
COMANDO DA MARINHA	9.200	16,83
COMANDO DO EXÉRCITO	40.976	74,97
COMANDO DA AERONÁUTICA	4.483	8,20
Total	54.659	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

O Gráfico 6 a seguir identifica a composição das Receitas de Alienação de Bens.

R\$ milhares



Fonte: Siafi, em 24/1/2022.

22 – Despesa Orçamentária

A Tabela 48 compara a despesa orçamentária empenhada no âmbito dos órgãos que compõem o Ministério da Defesa até dezembro de 2021, com o mesmo período do ano anterior. Observa-se que houve uma variação positiva de 3,01%, totalizando cerca de R\$ 115,9 bilhões. A variação mais representativa ocorreu no Ministério da Defesa (43,10%), e a distribuição dos valores apresentam o Comando do Exército (46,47%) e o Comando da Marinha (26,94%) como os mais representativos.

Tabela 48 - Despesa Orçamentária por Órgão

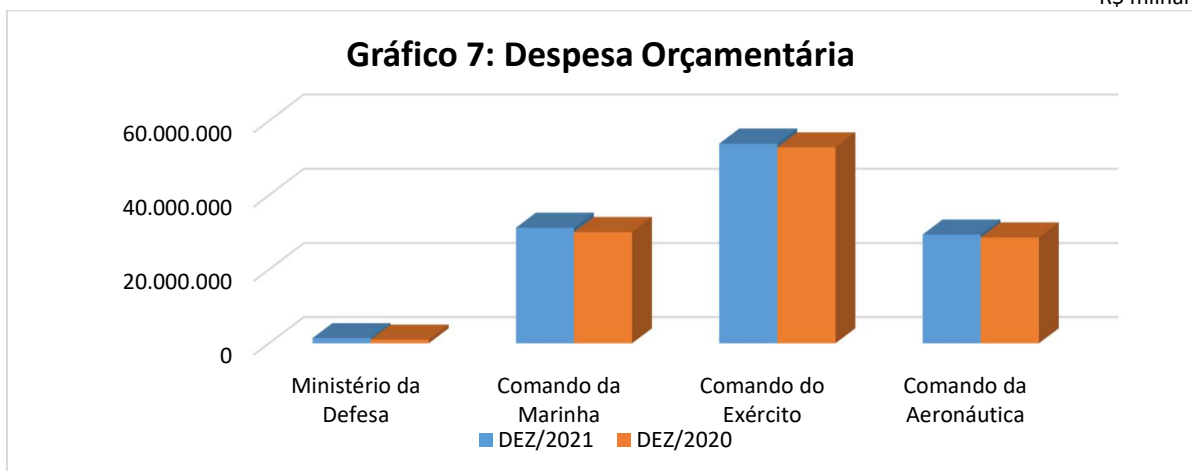
Órgão	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
MINISTÉRIO DA DEFESA	1.425.267	995.983	43,10	1,23
COMANDO DA MARINHA	31.230.645	30.068.195	3,87	26,94
COMANDO DO EXÉRCITO	53.866.179	52.857.265	1,91	46,47
COMANDO DA AERONÁUTICA	29.395.236	28.612.088	2,74	25,36
Total	115.917.327	112.533.531	3,01	100,00

R\$ milhares

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

O Gráfico 7 apresentado na sequência ilustra essas informações.

R\$ milhares



Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

A Tabela 49 apresenta a Despesa Orçamentária segregada por Categoria Econômica e Grupo de Despesa.

Tabela 49 - Despesa Orçamentária por Categoria Econômica e Grupo da Despesa R\$ milhares

Categoria Econômica	Grupo da Despesa	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	89.646.527	86.565.973	3,56	77,34
	Outras Despesas Correntes	15.483.704	15.043.142	2,93	13,36
	Juros e Encargos da Dívida	745.494	668.137	11,58	0,64
Despesas de Capital	Investimentos	8.040.924	8.273.551	-2,81	6,94
	Amortização/Refinanciam Dívida	1.751.499	1.730.558	1,21	1,51
	Inversões Financeiras	249.180	252.170	-1,19	0,21
Total		115.917.327	112.533.531	3,01	100,00

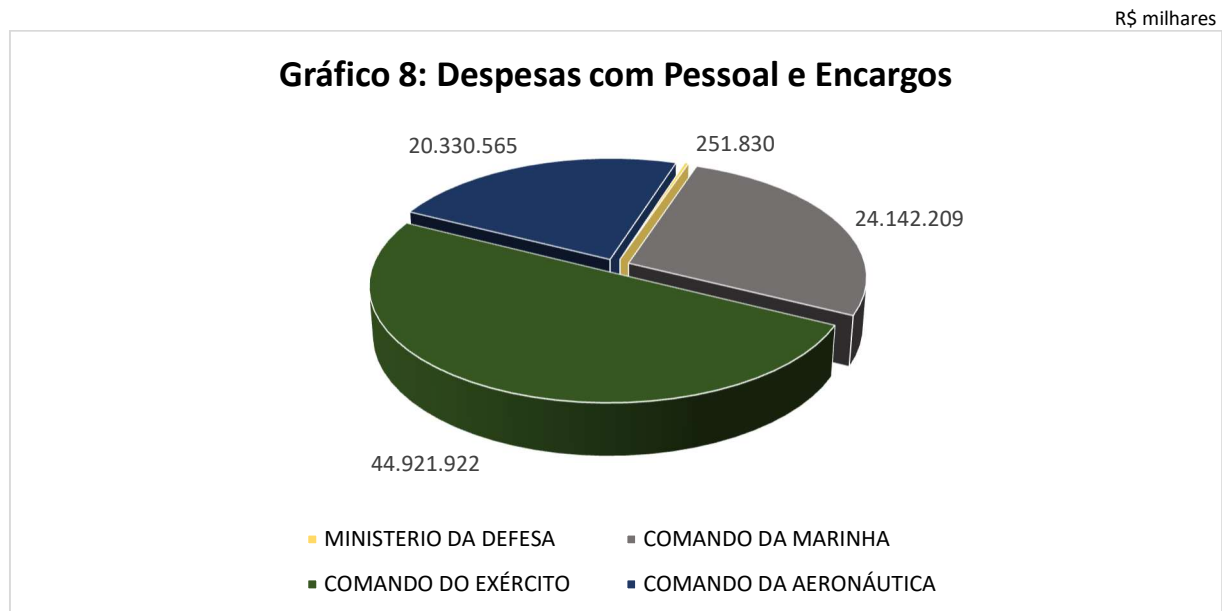
Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

O Grupo de Despesa com maior valor empenhado foi o de Pessoal e Encargos Sociais representando 77,34% do total das despesas. Ocorreu aumento na execução das despesas do Grupo “Juros e Encargos da Dívida” (11,58%) em relação ao mesmo período em 2020.

Quanto às “Inversões Financeiras”, o grupo é composto pelos itens a seguir: “Concessão de Empréstimos e Financiamentos” (76,79%), “Aquisição de Bens para Revenda” (13,18%) e “Constituição ou Aumento de Capital para Empresas (10,03%).

23 – Despesas com Pessoal e Encargos

O Gráfico 8 demonstra as Despesas com “Pessoal e Encargos”, segregadas por Órgão.



Fonte: Siafi, em 24/1/2022.

Em dezembro de 2021, as despesas empenhadas de “Pessoal e Encargos Sociais” tiveram um aumento de 3,56% em relação ao exercício de 2020. Os Elementos de Despesa mais representativos foram “Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas” (33,66%), “Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil” (33,26%) e “Pensões” (28,44%, conforme demonstrado na Tabela 50.

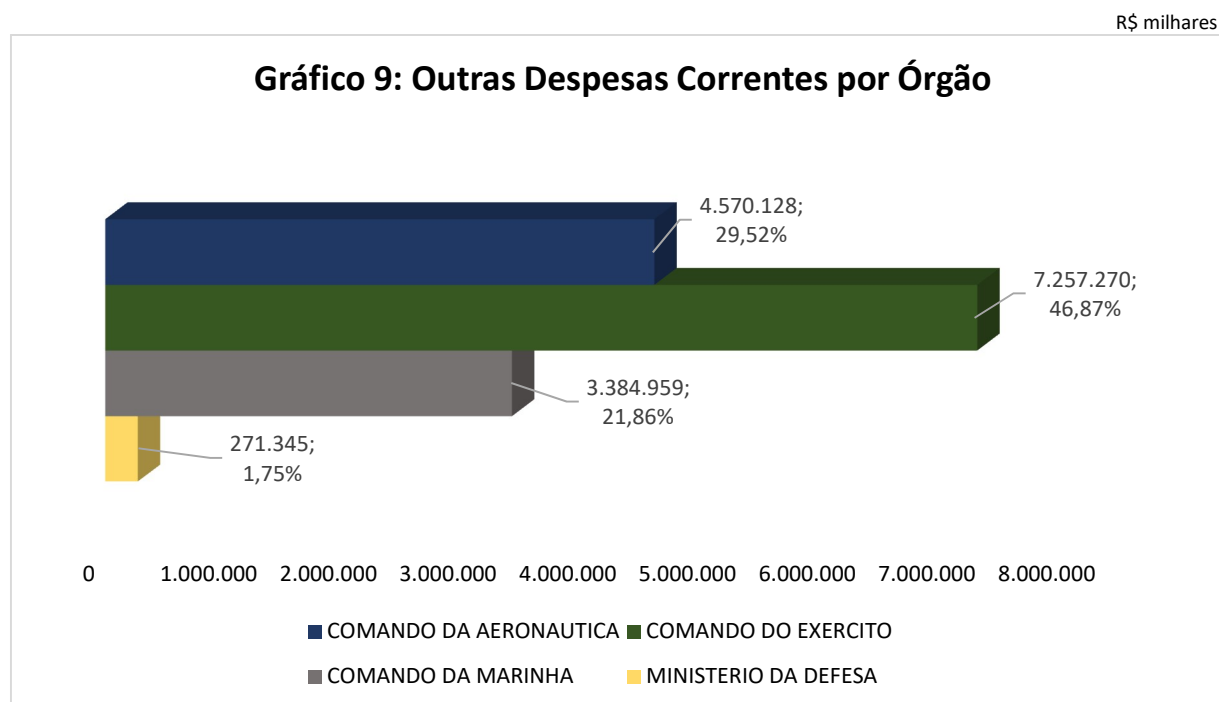
Tabela 50 - Pessoal e Encargos

	R\$ milhares			
	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	30.172.983	28.776.664	4,85	33,66
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	29.813.191	29.176.575	2,18	33,26
Pensões	25.496.380	24.459.958	4,24	28,44
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.705.585	1.792.617	-4,86	1,90
Indenizações e Restituições Trabalhistas	925.576	882.495	4,88	1,03
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar	768.203	787.072	-2,40	0,86
Demais	764.608	690.591	10,72	0,85
Total	89.646.527	86.565.973	3,56	100,00

Fonte: Siafi, em 9/1/2022.

24 – Outras Despesas Correntes

Em dezembro de 2021, as despesas empenhadas no Grupo “Outras Despesas Correntes” totalizaram R\$ 15,5 bilhões. O Gráfico 9 apresenta essas despesas no âmbito dos órgãos que compõem o Ministério da Defesa.



Fonte: Siafi, em 24/1/2022.

A Tabela 51 apresenta a composição do Grupo de Despesas “Outras Despesas Correntes”. Esse Grupo apresentou um aumento de 2,93% no comparativo de dezembro de 2021 com dezembro de 2020. Os Elementos de Despesa que apresentaram os valores mais representativos foram “Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica”, com R\$ 5,9 bilhões; e “Material de Consumo”, com R\$ 4,6 bilhões.

Tabela 51 - Despesas Empenhadas - Outras Despesas Correntes

Elementos da Despesa	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	5.931.385	5.752.877	3,10	38,31
Material de Consumo	4.574.065	4.655.847	-1,76	29,54
Indenizações e Restituições	1.511.323	1.456.278	3,78	9,76
Auxílio-Transporte	534.934	545.770	-1,99	3,45
Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	523.346	477.239	9,66	3,38
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	463.331	445.035	4,11	2,99
Auxílio-Fardamento	402.875	402.282	0,15	2,60
Serviços Tecnologia Informação e Comunicação-Pessoa Jurídica	387.451	334.550	15,81	2,50
Auxílio-Alimentação	239.971	239.948	0,01	1,55
Passagens e Despesas com Locomoção	213.886	157.124	36,13	1,38
Locação de Mão-de-Obra	204.522	199.189	2,68	1,32
Demais	496.614	377.003	31,73	3,21
Total	15.483.704	15.043.142	2,93	100,00

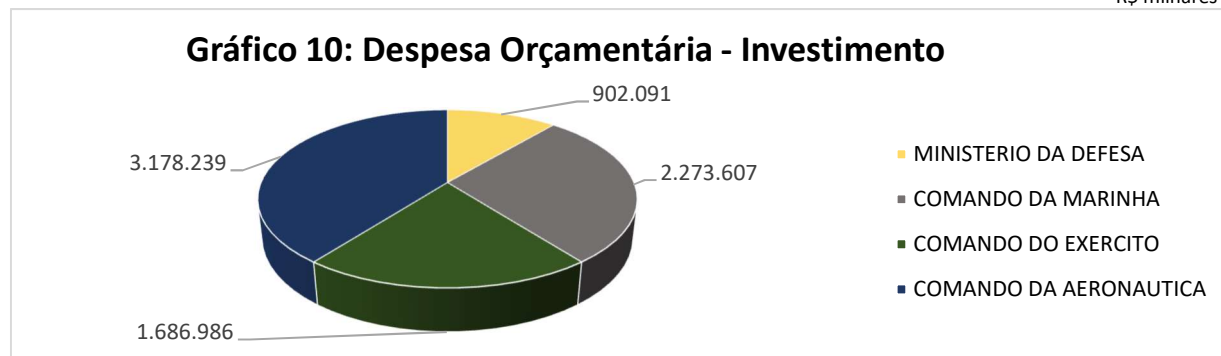
Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

Destaque-se dentre as despesas empenhadas no exercício de 2021 no elemento “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídicas, no montante de R\$ 5,9 bilhões (38,31%), os gastos com “Serviços Médico-hospitalares, Odontológicos e Laboratoriais” (R\$ 1,8 bilhões); “Serviços em Itens Reparáveis de Aviação” (R\$ 810,1 milhões); e “Serviços de Energia Elétrica” (R\$ 632,2 milhões), dentre outros.

25 – Despesa de Investimento

As despesas de investimento, no 4º trimestre de 2021, corresponderam a 6,94% do total empenhado no período (Tabela 50), ou seja, R\$ 8,1 bilhões. O Gráfico 10 apresenta a distribuição por órgão das despesas empenhadas no Grupo.

R\$ milhares



Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

Em comparação ao mesmo período do exercício anterior, houve decréscimo de 2,81% do valor empenhado, conforme demonstrado na Tabela 52.

Tabela 52 - Despesa Orçamentária – Investimento

Grupo da Despesa - Investimentos	Dez/2021	Dez/2020	AH (%)	AV (%)
Equipamentos e Material Permanente	3.754.616	4.400.382	-14,68	46,69
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	1.530.460	1.562.161	-2,03	19,03
Obras e Instalações	1.418.748	1.422.356	-0,25	17,64
Material de Consumo	1.201.909	782.898	53,52	14,95
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	95.884	50.364	90,38	1,19
Demais	39.307	55.390	-29,04	0,49
Total	8.040.924	8.273.551	-2,81	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

O item com maior participação foi o relativo a “Equipamentos e Material Permanente” com 46,69% do total, que contempla investimentos com itens como “Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos” (R\$ 1,5 bilhões); “Embarcações” (R\$ 391,8 milhões) e “Carros de Combate” (R\$ 248,2 milhões).

26 - Restos a Pagar Não Processados

A Tabela 53 e o Gráfico 11 apresentam a execução dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) até dezembro de 2021.

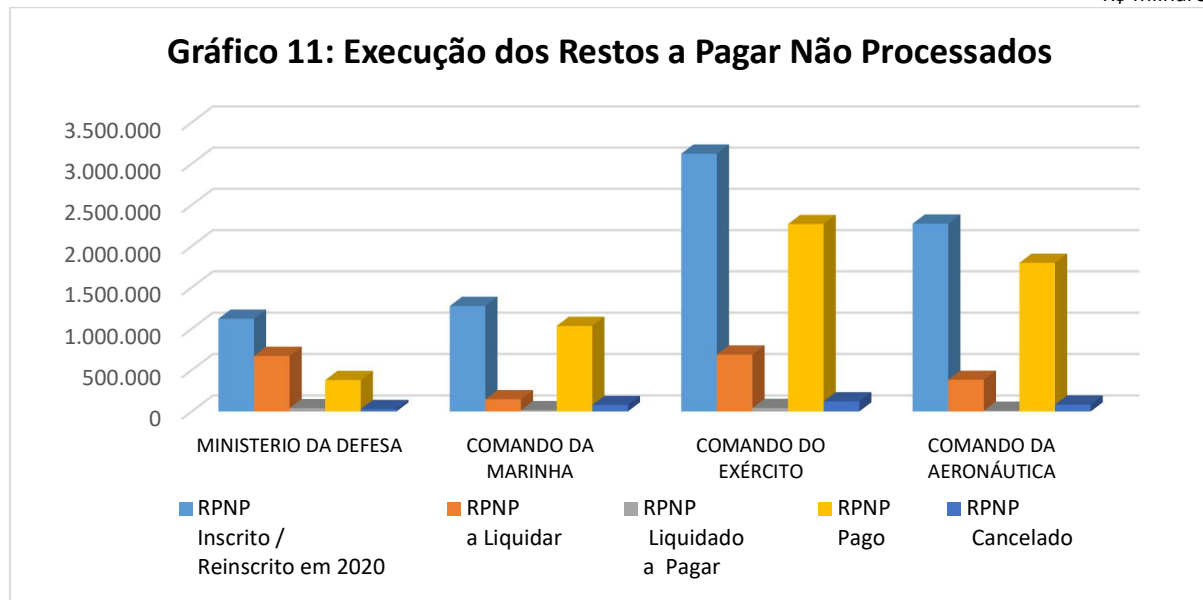
Tabela 53 – Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

R\$ milhares

Órgão	RPNP Inscrito e Reinscrito em 2020	RPNP a Liquidar	RPNP Liquidado a Pagar	RPNP Pago	RPNP Cancelado	(%) RPNP a Liquidar	(%) RPNP Liquidado a Pagar	(%) RPNP Pago	(%) RPNP Cancelado
Ministério da Defesa	1.121.108	671.621	40.244	379.122	30.121	59,91	3,59	33,82	2,69
Comando da Marinha	1.276.053	147.167	16.411	1.033.877	78.598	11,53	1,29	81,02	6,16
Comando do Exército	3.122.117	687.691	43.280	2.269.069	122.078	22,03	1,39	72,68	3,91
Comando Aeronáutica	2.274.066	382.656	9.467	1.798.554	83.389	16,83	0,42	79,09	3,67
Total	7.793.344	1.889.135	109.401	5.480.622	314.185	24,24	1,40	70,32	4,03

Fonte: Siafi, em 18/11/2022.

R\$ milhares



Fonte: Siafi, em 18/1/2022.

Em relação a execução dos Restos a Pagar Não Processados, verifica-se que 24,24% dos valores inscritos ou reinscritos no encerramento do exercício de 2020 encontram-se pendentes de liquidação, tendo sido pagos 70,32%, cerca de R\$ 5,5 bilhões em valores absolutos, até dezembro de 2021.

A Tabela 54 apresenta a evolução da execução dos Restos a Pagar Processados e dos Restos a Pagar Não Processados entre os exercícios de 2010 e 2021.

Tabela 54 – Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados

R\$ milhões

Ano	Restos a Pagar Processados				Restos a Pagar Não Processados						
	Inscritos e Reinscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos e Reinscritos	Cancelados	A Liquidar	Liquidados	Liquidados a Pagar	Pagos	A Pagar
2021	5.905	8	5.870	27	7.793	314	1.889	5.590	109	5.481	1.999
2020	5.867	1	5.807	59	7.704	300	1.906	5.498	55	5.443	1.960
2019	6.211	6	6.162	42	7.507	496	1.379	5.632	193	5.439	1.572
2018	682	9	637	36	6.907	276	1.499	5.133	155	4.978	1.654
2017	491	11	441	39	6.051	305	1.227	4.518	80	4.438	1.307
2016	3.238	7	3.091	140	6.929	303	1.171	5.451	113	5.338	1.288
2015	986	15	910	61	8.215	243	1.513	6.419	418	6.001	1.970
2014	1.535	17	1.484	33	9.138	262	1.480	7.396	157	7.240	1.637
2013	269	2	237	31	9.243	241	2.126	6.876	782	6.094	2.908
2012	294	3	246	45	5.700	322	1.021	4.357	9	4.348	1.030
2011	681	9	612	60	5.453	317	728	4.408	73	4.335	801
2010	501	47	424	29	3.964	200	482	3.282	249	3.034	730

Fonte: Siafi, em 27/1/2022.

27 – Impactos da Pandemia da COVID-19 nas Demonstrações Contábeis

Em decorrência da pandemia da Covid-19, foram demandadas ações emergenciais da União com vistas ao direcionamento de políticas públicas relacionadas à saúde, à manutenção da atividade econômica, bem como outras, com vistas à estabilidade social, amparadas nos ditames da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020, que possibilitou a adoção do regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para atender às despesas urgentes necessárias ao enfrentamento da pandemia.

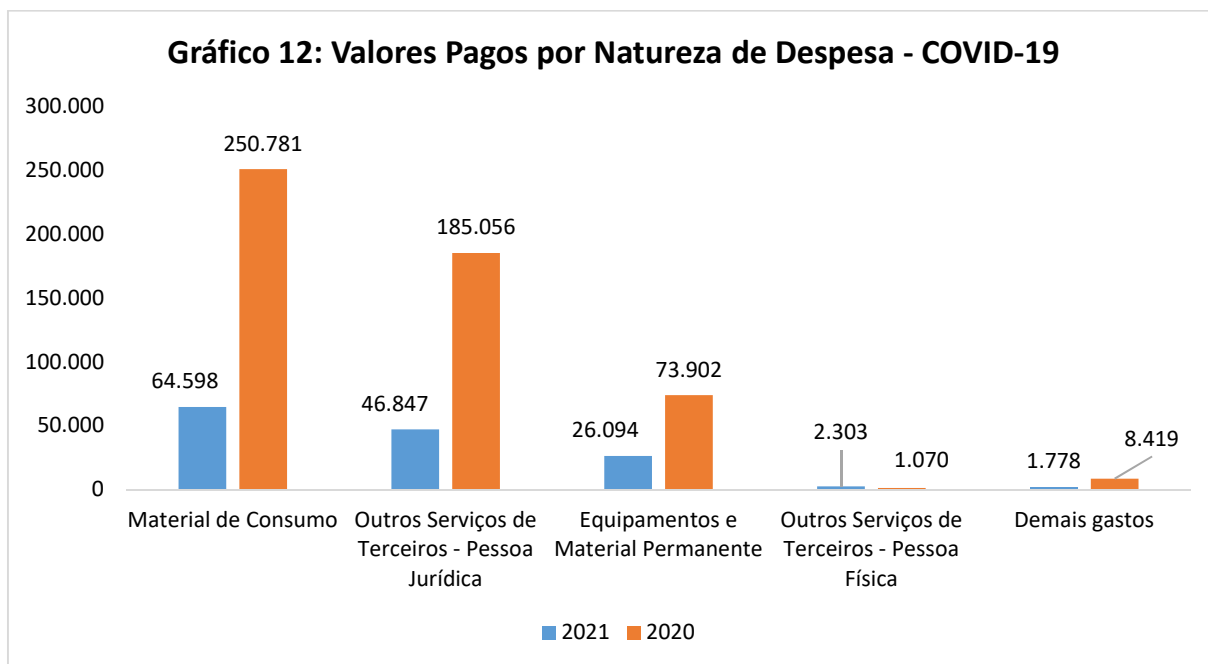
Entre as principais ações adotadas no âmbito do Ministério da Defesa durante o exercício de 2021, destacam-se as seguintes:

Tabela 55 – Valores Pagos por Ações Orçamentárias – COVID-19

R\$ milhares

Ação	2021	2020
21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância	70.139	435.350
219C - Acolhimento Humanitário e Interiorização de Migrantes em Situação	55.308	49.771
2004 - Assistência Médica e Odont. aos Servidores Civis, Empreg., Militares e Dependentes	10.320	33.690
2000 - Administração da Unidade	5.791	212
20XT - Prestação de Serviços Médico-Hospitalares e de Ensino e Pesquisa	62	205
Total	141.620	519.228

Fonte: Tesouro Transparente, em 27/11/2022. Acessível por meio do endereço <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>



Fonte: Tesouro Transparente, em 27/11/2022. Acessível por meio do endereço <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>

28 – Despesas com Militares Inativos

Em relação aos militares inativos das Forças Armadas, é conferido o direito a proventos quando de sua transferência para a inatividade, conforme prevê o art. 50, incisos II e III, da Lei nº 6.880/80 (Estatuto dos Militares).

O art. 3º, alínea b) inciso I, do Estatuto dos Militares define, ainda, que cabe à União custear as Despesas Financeiras com a remuneração dos militares que se encontrem na inatividade, acarretando dispêndios ao longo dos anos, com o objetivo de satisfazer esses direitos, conforme segue:

Art. 3º Os membros das Forças Armadas, em razão de sua destinação constitucional, formam uma categoria especial de servidores da Pátria e são denominados militares.

§ 1º Os militares encontram-se em uma das seguintes situações:

[...]

b) na inatividade:

I - os da reserva remunerada, quando pertençam à reserva das Forças Armadas e percebam remuneração da União, porém sujeitos, ainda, à prestação de serviço na ativa, mediante convocação ou mobilização;

Em 1º de março de 2017, foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) composto pela Casa Civil da Presidência da República, pelo Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), Ministério da Defesa e Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica, conforme Portaria Conjunta nº 55, de 24 de fevereiro de 2017.

O GTI foi criado com o objetivo de realizar estudo conjunto para avaliar as melhores práticas de evidenciação, reconhecimento e mensuração contábil do passivo referente às pensões militares e

a evidenciação das despesas futuras com militares inativos, objetivando ao atendimento das recomendações exaradas no Acórdão nº 2.523/2016-TCU-Plenário.

No âmbito do GTI, foi firmado o entendimento de que, embora o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP se refira a “regime próprio de previdência dos militares”, não se trata de “regime de previdência”, mas uma obrigação com características de um passivo a ser reconhecido, mensurado e evidenciado, observados os marcos normativos pertinentes.

Como resultado parcial dos trabalhos do GTI, houve o encaminhamento relativo à contabilização, por parte do Ministério da Defesa e de suas subdivisões administrativas, do passivo relacionado às pensões militares e à evidenciação em notas explicativas das despesas com militares inativos.

Conforme mencionado, à luz do que prevê a Constituição Federal, tais despesas com militares inativos não se configuram como benefícios previdenciários. Consoante os Acórdãos nºs 2.059/2012, 2.314/2015, 1.320/2017 e 1.295/2017, do TCU-Plenário, tais despesas são enquadradas como Encargos Financeiros da União. Ainda, conforme previsto na Lei nº 6.880/80, alterada pela Lei nº 13.954/19, ambas as despesas - tanto com militares ativos, como com militares inativos - são consideradas como encargo financeiro do Tesouro Nacional.

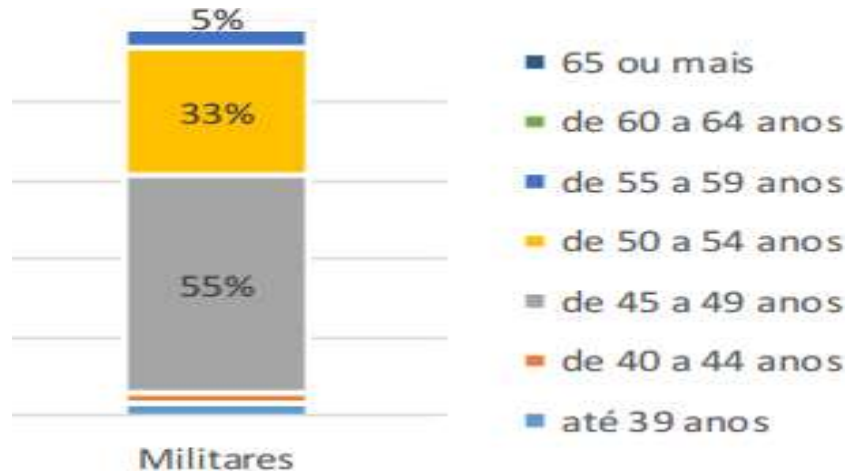
A metodologia adota pelo GTI e apresentada no BGU 2017 foi objeto de avaliação por parte do Tribunal de Contas da União em 2018, que, por meio do Acórdão 1.322/2018, que trata da PCPR 2017, emitiu recomendação para que fosse conduzido estudo com o intuito de aperfeiçoá-la, especificamente no que se refere ao horizonte de projeção das despesas com militares inativos e a respectiva correção monetária dos valores ao longo do período.

Portando, com base no *Estudo acerca do horizonte de projeção das despesas com militares inativos das Forças Armadas (Recomendação 1.20 do Acórdão 1.322/2018-TCU)*, realizado por integrantes da Casa Civil/PR; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Ministério da Fazenda e Ministério da Defesa, bem como na Nota Técnica SEI nº 2/2017/CCONT/SUCON/STN-MF, de 10 de outubro de 2017, que fornece o embasamento legal e normativo para a evidenciação das despesas com militares inativos, foram realizados os devidos ajustes na metodologia.

O horizonte de projeção para as despesas com militares inativos das Forças Armadas passa a ser de 27 (vinte e sete) anos, que corresponde ao tempo médio em que o militar inativo permanece nessa condição, ou seja, tempo médio de duração do pagamento das despesas.

O tempo médio de permanência da inatividade, de 27 anos, é o resultado da diferença entre a idade média de falecimento do militar e a idade média de ingresso na inatividade.

Com base nas informações extraídas do Banco de Informações Estratégicas e Gerenciais do Ministério da Defesa (BIEG), verificou-se que a idade média do militar no momento de sua transferência para a inatividade é de 50 anos, conforme dados já apresentados ao TCU (Acórdão nº 1.295/2017-TCU-Plenário), tendo por base a folha de pagamento dos Comandos Militares:



Fonte: folha de pagamento dos comandos militares 09/2016 – Sefip/TCU (militares).

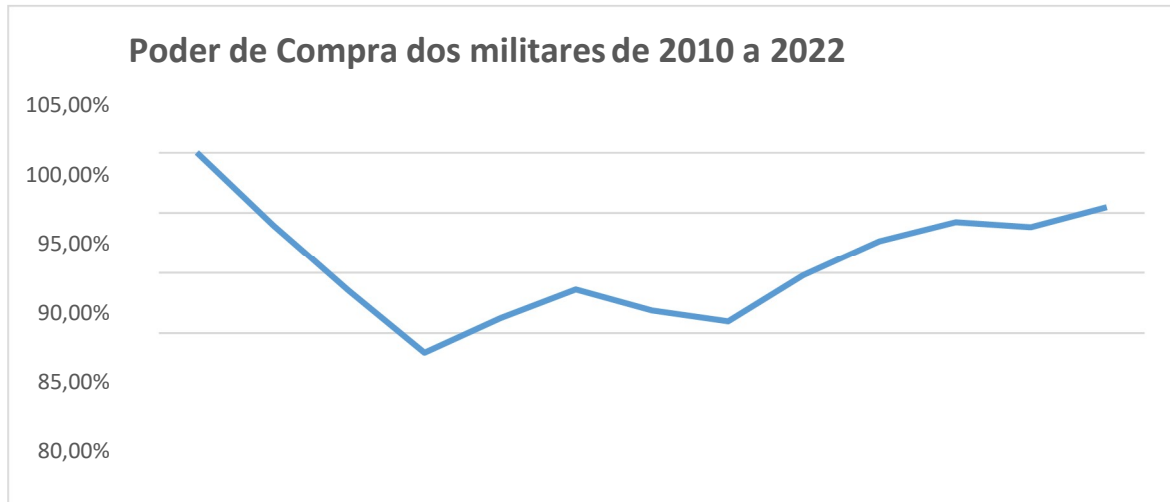
Já a idade média de falecimento, considerando todos os registros de óbitos do BIEG, é de 74 anos. Entretanto, tendo em vista que com o passar dos anos verifica-se uma elevação na expectativa de vida, optou-se pela análise da idade média de óbito de militares considerando apenas as informações dos últimos 5 (cinco) anos, de forma a possibilitar o levantamento de um dado mais adequado à realidade atual. Ao ser considerado apenas esse período, tem-se que a idade de média de falecimento dos militares é de 76,4 anos.

Considerando que a idade média de falecimento é de 76,4 anos e que a idade média de ingresso na inatividade é de 50 anos, verifica-se, portanto, que o tempo médio de permanência na inatividade é de 26,4 anos. Para realização da projeção das despesas futuras com militares inativos, o tempo médio de permanência na inatividade foi arredondado para 27 anos.

Outro ajuste na metodologia foi a incorporação de um índice de correção dos valores da projeção ao longo do período considerado, denominado de *índice de projeção remuneratória*, que corresponde à meta de inflação estipulada pelo Banco Central para o ano corrente, multiplicado pelo índice de reposição salarial apresentado no Relatório da Avaliação Atuarial das Pensões dos Militares das Forças Armadas, constante no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Apesar de os reajustes nas remunerações dos militares não estarem vinculados a nenhum índice, não havendo sequer a obrigatoriedade de reposição inflacionária ou de concessão periódica, pode-se, a partir da série histórica, identificar o percentual de reajuste concedido em relação à inflação do período e, assim, determinar o índice de reposição salarial.

O Anexo G, do Anexo IV.7, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias apresenta, de forma detalhada, informações relacionadas à “Perda do poder de Compra dos Militares e Pensionistas das Forças Armadas”. O referido anexo só foi atualizado até 2018. Ainda, foi adotada a mesma metodologia aplicada pelo CASNAV, de dados do INPC medido pelo IBGE e dos percentuais de reajustes concedidos aos militares das Forças Armadas pela Lei nº 11.784/2008, bem como a variação da folha salarial decorrente da entrada em vigor da Lei nº 13.954/2019 para produzir a tabela abaixo, que apresenta o índice de reposição salarial para o ano de 2022 (0,8967).



Fonte: Ministério da Defesa

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Inflação	6,47%	6,08%	6,20%	5,56%	6,23%	11,28%	6,58%	2,07%	3,43%	4,48%	5,45%	10,16%	-
Reposição Poder de Compra	0,00%	0,00%	0,00%	9,15%	9,14%	9,13%	5,50%	6,59%	6,72%	6,28%	4,93%	5,35%	-
	<u>100,00%</u>	<u>93,92%</u>	<u>88,54%</u>	<u>83,37%</u>	<u>86,21%</u>	<u>88,57%</u>	<u>86,86%</u>	<u>85,98%</u>	<u>89,78%</u>	<u>92,64%</u>	<u>94,24%</u>	<u>93,77%</u>	<u>89,67%</u>
Perda Total de Compra													10,33%

Fonte: Ministério da Defesa

*INPC/IBGE

Os dados referentes à meta de inflação são definidos pelo Banco Central, que apresenta o histórico de metas, juntamente com as metas futuras já definidas por meio de resolução para um período de 3 anos, conforme evidenciado na tabela a seguir:

BANCO CENTRAL DO BRASIL
Metas para a inflação

Ano	Norma	Data	Meta (%)	Banda (p.p.)	Limites Inferior e Superior (%)	Inflação Efetiva (IPCA % a.a.)
1999	Resolução 2.615	30/6/1999	8,00	2	06/out	8,94
2000	Resolução 2.615	30/6/1999	6	2	4-8	5,97
2001	Resolução 2.615	30/6/1999	4	2	2-6	7,67
2002	Resolução 2.744	28/6/2000	3,5	2	1,5-5,5	12,53
2003*	Resolução 2.842	28/6/2001	3,25	2	1,25-5,25	9,3
	Resolução 2.972	27/06/2002	4,00	2,5	1,5-6,5	
2004*	Resolução 2.972	27/06/2002	3,75	2,5	1,25-6,25	7,6
	Resolução 3.108	25/06/2003	5,50	2,5	03/ago	
2005	Resolução 3.108	25/6/2003	4,5	2,5	2-7	5,69
2006	Resolução 3.210	30/6/2004	4,5	2	2,5-6,5	3,14
2007	Resolução 3.291	23/06/2005	4,5	2	2,5-6,5	4,46
2008	Resolução 3.378	29/6/2006	4,5	2	2,5-6,5	5,9
2009	Resolução 3.463	26/6/2007	4,5	2	2,5-6,5	4,31
2010	Resolução 3.584	01/7/2008	4,5	2	2,5-6,5	5,91
2011	Resolução 3.748	30/6/2009	4,5	2	2,5-6,5	6,5
2012	Resolução 3.880	22/6/2010	4,5	2	2,5-6,5	5,84
2013	Resolução 3.991	30/6/2011	4,5	2	2,5-6,5	5,91
2014	Resolução 4.095	28/6/2012	4,5	2	2,5-6,5	6,41
2015	Resolução 4.237	28/6/2013	4,5	2	2,5-6,5	10,67
2016	Resolução 4.345	25/6/2014	4,5	2	2,5-6,5	6,29
2017	Resolução 4.419	25/6/2015	4,5	1,5	3,0-6,0	2,95
2018	Resolução 4.499	30/6/2016	4,5	1,5	3,0-6,0	3,75
2019	Resolução 4.582	29/6/2017	4,25	1,5	2,75-5,75	4,31
2020	Resolução 4.582	29/6/2017	4,00	1,5	2,5-5,5	4,52
2021	Resolução 4.671	26/6/2018	3,75	1,5	2,25-5,25	10,06
2022	Resolução 4.724	27/6/2019	3,50	1,5	2,00-5,00	
2023	Resolução 4.831	25/06/2020	3,25	1,5	1,75-4,75	
2024	Resolução 4.918	24/06/2021	3,00	1,5	1,50-4,50	

Fonte: Banco Central do Brasil. Adaptada pelo Ministério da Defesa para destaque do período futuro.

Dessa forma, com base no índice de reposição de salarial (0,8967) e nas informações de meta de inflação, é possível definir o índice de correção dos valores (índice de projeção remuneratória) para cada ano da projeção, sendo que a partir do quarto ano repete-se o índice de meta de inflação do terceiro ano. Tendo em vista que a projeção é realizada anualmente, todos os índices também são

revisados com a mesma periodicidade, a fim de permitir a apresentação de valores ajustados às variáveis econômicas e financeiras, conferindo, assim, maior grau de transparência, objetividade e consistência.

Portanto, para a realização da projeção, tem-se como Valor Base para projeção no ano 2022 o valor empenhado em 2020 na ação 214H – Militares Inativos da União, corrigido pelo *Índice de Reposição Remuneratória* (Meta da Inflação x Índice de Reposição Salarial), conforme tabela a seguir:

Exercício Financeiro	Índice de Projeção Remuneratória	Valor Base (R\$ Milhões)	Valor da Projeção (R\$ milhares)
2022	3,14%	28.588.338.833,00	29.485.618.984,27
2023	2,91%	29.485.618.984,27	30.344.958.347,92
2024	2,69%	30.344.958.347,92	31.161.313.045,42
2025	2,69%	31.161.313.045,42	31.999.629.710,51
2026	2,69%	31.999.629.710,51	32.860.499.174,65
2027	2,69%	32.860.499.174,65	33.744.528.164,11
2028	2,69%	33.744.528.164,11	34.652.339.727,58
2029	2,69%	34.652.339.727,58	35.584.573.675,36
2030	2,69%	35.584.573.675,36	36.541.887.030,19
2031	2,69%	36.541.887.030,19	37.524.954.490,37
2032	2,69%	37.524.954.490,37	38.534.468.905,27
2033	2,69%	38.534.468.905,27	39.571.141.763,59
2034	2,69%	39.571.141.763,59	40.635.703.694,89
2035	2,69%	40.635.703.694,89	41.728.904.984,44
2036	2,69%	41.728.904.984,44	42.851.516.102,07
2037	2,69%	42.851.516.102,07	44.004.328.245,15
2038	2,69%	44.004.328.245,15	45.188.153.896,22
2039	2,69%	45.188.153.896,22	46.403.827.395,64
2040	2,69%	46.403.827.395,64	47.652.205.529,55
2041	2,69%	47.652.205.529,55	48.934.168.133,82
2042	2,69%	48.934.168.133,82	50.250.618.714,05
2043	2,69%	50.250.618.714,05	51.602.485.082,39
2044	2,69%	51.602.485.082,39	52.990.720.011,45
2045	2,69%	52.990.720.011,45	54.416.301.905,78
2046	2,69%	54.416.301.905,78	55.880.235.491,44
2047	2,69%	55.880.235.491,44	57.383.552.524,13
2048	2,69%	57.383.552.524,13	58.927.312.516,31

Fonte: SIOP e Ministério da Defesa
* valor total empenhado em 2021

29 – Conformidade Contábil

A conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) estão de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com os procedimentos descritos na Macrofunção 020315 do Manual Siafi, além de permitir a sinalização de situações que possam causar distorções relevantes nos valores evidenciados.

O processo de conformidade contábil está estruturado da seguinte forma:

- I. **Setorial Contábil de Unidade Gestora** – responsáveis pelo acompanhamento da execução contábil de um determinado número de unidades gestoras executoras;
- II. **Setorial Contábil de Órgão** – responsável pelo acompanhamento da execução contábil de determinado órgão, compreendendo as unidades gestoras a este pertencentes;
- III. **Setorial Contábil de Órgão Superior** – unidade de gestão interna dos Ministérios e órgãos equivalentes, responsáveis pelo acompanhamento contábil dos órgãos e entidades vinculados; e
- IV. **Secretaria do Tesouro Nacional** – órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, responsável pela conformidade do Balanço Geral da União.

Os gestores e os profissionais de contabilidade são conjuntamente responsáveis pela conformidade das demonstrações contábeis: os gestores, por praticarem os atos e fatos que promovem impacto nessas demonstrações; e os profissionais de contabilidade, por analisarem as informações e proporem as soluções para corrigirem eventuais inconsistências contábeis.

Além dos processos de conformidade contábil realizados mensalmente, ao final do exercício, as Setoriais Contábeis de Órgão Superior encaminham para a STN/ME a Declaração do Contador. Nessa declaração, o contador responsável de cada órgão evidenciará se os demonstrativos contábeis constantes do Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido) refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Se tudo estiver de acordo com as normas aplicáveis, o contador registra a Declaração Plena. Se houver apontamentos, registra a Declaração com Ressalva.

Os órgãos superiores devem envidar esforços para correção dos problemas contábeis durante o exercício que ensejem no registro de restrições contábeis, na conformidade mensal.

Havendo a permanência de restrições contábeis ao final do exercício, deverão ser devidamente justificadas por meio da Declaração do Contador, com a finalidade de esclarecer os motivos da permanência das restrições apontadas.

Ao final do exercício contábil de 2021, as Conformidades Contábeis dos órgãos que compõem o Ministério da Defesa foram registradas “Sem Ressalvas”, ou seja, Declaração Plena.

30 – Declaração do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (Órgão Superior)		Código do Órgão	
MINISTÉRIO DA DEFESA		52000	
<p>A presente declaração refere-se às demonstrações contábeis consolidadas do Ministério da Defesa e suas notas explicativas em 31 de dezembro de 2021.</p> <p>Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na Macrofunção 02.01.35 – Conformidade Contábil presente no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).</p> <p>De acordo com as análises realizadas no balancete contábil, nas demonstrações contábeis e nos auditores contábeis do Siafi, DECLARO que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2021, dos órgãos subordinados relacionados abaixo, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial.</p> <p>Relação de órgãos subordinados que apresentaram Declaração Plena:</p> <p>52000 – Ministério da Defesa</p> <p>52131 – Comando da Marinha</p> <p>52121 – Comando do Exército</p> <p>52111 – Comando da Aeronáutica</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	31/01/2021
Contador Responsável	Antônio Luiz Almeida	CRC nº	011766/0-8